

Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Ricardo Jorge Reis Costa

**Um novo papel para o jornalismo de
proximidade na Era Digital**

Relatório de Estágio

Mestrado em Ciências da Comunicação

Área de especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho realizado sob a orientação do

Professor Doutor Luís António Martins Santos

outubro de 2017

DECLARAÇÃO

Nome: Ricardo Jorge Reis Costa

Endereço eletrónico: ricardorc@sapo.pt

Telefone: 911098920

Número de Cartão de Cidadão: 14216248

Título do Relatório de Estágio em Empresa: A importância do jornalismo de proximidade na era digital

Orientador: Professor Doutor Luís António Martins Santos

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciências da Comunicação – especialização em Informação e Jornalismo

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 31/10/2017

Assinatura: _____

Aos meus pais.

Aos meus amigos.

Ao meu orientador.

Ao professor Alberto Sá.

Aos meus companheiros da *Ideia Cinco*.

Ao Rui Dias e à equipa do *+Guimarães*.

Não há derrotas quando é firme o passo.

Ninguém fale em perder! Ninguém recua...

(Pedro Homem de Mello)

Um novo papel para o jornalismo de proximidade na Era Digital

Resumo

A experiência vivida num grupo de comunicação local, sediado numa vila predominantemente rural, entre 3 de janeiro e 31 de março de 2016, serve de base a este Relatório de Estágio, em que se pretende sobretudo refletir sobre a atuação dos média locais no presente, tendo em conta as oportunidades e os constrangimentos que enfrentam.

Na Era Digital, um tempo dominado pela Internet e pela tecnologia, os jornais locais apostam em ter presença *online* – embora nem sempre com a devida exploração das potencialidades – e procuram adaptar-se a um contexto em que a rapidez na publicação e a abundância de conteúdos parecem perfilar-se como os barómetros principais para se ser bem-sucedido.

Hoje como ontem, a proximidade continua a ser uma condição de base do jornalismo, ainda mais vincada na realidade dos média locais, mais pequenos, mais circunscritos a determinado território e, por inerência, mais próximos das pessoas.

Esse fator quase intrínseco à prática do jornalismo local encerra, no entanto, alguns desafios para os jornalistas, nomeadamente pelo facto de a exposição ser maior e de a proximidade poder rapidamente transformar-se em promiscuidade, que conduzirá inevitavelmente a uma postura parcial, de favorecimento e favor, em que também a intocabilidade das administrações é posta à prova pela importância dos financiamentos que continuam a permitir a manutenção dos órgãos de comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo local, Proximidade, *Online*, Jornalismo impresso

A new role for proximity journalism in the Digital Era

Abstract

The experience lived at a local communication group, located in a predominantly rural village, between January 3rd and March 31st, 2016, is the basis for this training report, bearing in mind all the opportunities and constraints they face.

In the Digital Era, a time dominated by the Internet and technology, local newspapers choose to have an online presence – although they not always fully explore the potentialities – and seek to adapt to a context where the fast publishing and the abundance of content seem to be the main rules to become successful.

Today as in the past, proximity continues to be a basic condition of journalism and it is even more pronounced in the reality of local news media which are smaller, more circumscribed to a given territory and inherently closer to people.

This factor, almost intrinsic to the practice of local journalism, includes some challenges for journalists, namely due to higher exposure and the proximity that can rapidly become promiscuity which will inevitably lead to a partial stance, of favouring and favour, where the untouchability of administrations is put to the test by the influence of financing that allows the maintenance of the communication media.

Keywords: Local journalism, Proximity, Online, Print journalism

Índice

INTRODUÇÃO	11-12
2. O ESTÁGIO	13-17
2.1 A Empresa	13-14
2.2 A Redação	14
2.3 Os jornais e os <i>sites</i>	14-17
3. O TRABALHO NUM JORNAL LOCAL	18-38
3.1 A experiência na <i>Ideia Cinco</i>	18-19
3.2 O tempo na redação	19-23
3.3 O jornalismo de proximidade	23-26
3.4 A demasiada proximidade	26-28
3.5 Um novo papel para o jornalismo impresso local?	28-32
3.6 O jornalista multifacetado	32-35
3.7 O parente pobre do jornalismo?	35-36
3.8 O local e o global	36-38
4. A REPETIÇÃO DE NOTÍCIAS NO JORNAL E NO <i>ONLINE</i>	38-40
5. O JORNALISMO LOCAL VISTO POR DENTRO	41-49
5.1 Dois casos	41-42
5.2 O olhar de quem dirige	42-45
5.3 O olhar dos repórteres	45-49
CONCLUSÃO	51-53
BIBLIOGRAFIA	54-57
ANEXOS	58-85

Introdução

Ao contrário de grande parte dos colegas que comigo frequentaram o Mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho e optaram pelo Ramo Profissionalizante, não realizei o estágio curricular num dos locais que tinha idealizado no início deste percurso, o jornal *online Maisfutebol* ou a *Rádio Renascença*, mas sim na *Ideia Cinco*, um grupo de comunicação, com sede em Vila Verde, uma vila nos arredores de Braga, que incorpora três jornais de âmbito local: dois generalistas (*O Vilaverdense*, direcionado para o concelho de Vila Verde, e *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro*, direcionado para os concelhos de Amares e de Terras de Bouro) e um desportivo (*Desportivo Vale do Homem*, que abarca a vertente desportiva destes três concelhos).

A escolha por este local para desenvolver o estágio curricular explica-se, no entanto, de forma simples. Enquanto estudante do 1º ano do Mestrado em Ciências da Comunicação, ou seja, num período em que o estágio parecia ainda demasiado distante, recebi um convite para trabalhar como jornalista naquela empresa. Resolvi aceitar o desafio, por se tratar da minha primeira experiência no mercado de trabalho e sobretudo por me poder estreiar na profissão que, sensivelmente desde o 9º ano, entendi seguir: jornalista.

Sabendo que não seria exequível, nem muito menos compreensível na ótica do empregador, que saísse depois, durante três meses, para cumprir o estágio curricular num outro sítio, de maior dimensão e abrangência, aceitei que o reverso da medalha dessa minha entrada no mercado de trabalho implicaria não poder fazer o estágio num dos meios de comunicação que idealizara.

O estágio acabou, pois, por ser cumprido no local em que já me encontrava a trabalhar, de acordo com as orientações e as regras da Universidade do Minho, tendo sido escolhido o trimestre de janeiro a março de 2016 para esse efeito. Isso não retira, naturalmente, a objetividade e a análise crítica que deve estar subjacente a qualquer trabalho académico.

Nas páginas que se seguem, além de apresentar a *Ideia Cinco* e a sua forma de atuação, importa começar por perceber a realidade do jornalismo impresso local nos dias de hoje, contextualizando-o numa época em que cada vez mais se fala de globalização, de fluxos informativos e em que as notícias nos chegam de forma quase instantânea. Desde logo, perceber-se-á que os média locais procuram adaptar-se a esta nova realidade trazida pela

Internet e por todas as potencialidades a ela associadas, estando presentes no mundo *online*, embora muitas vezes ainda não explorem todos os recursos existentes.

Numa segunda parte deste Relatório de Estágio, é narrada a experiência vivida no grupo *Ideia Cinco* no trimestre destacado, entre janeiro e março de 2016, refletindo acerca da realidade encontrada e, a partir daí, extrapolando para uma reflexão acerca de algumas práticas do jornalismo local, quer tendo em conta a experiência pessoal, quer com base em teses defendidas por vários autores.

Foi, aliás, a partir da vivência na redação e da revisão da literatura que surgiu a vontade de querer aprofundar dois temas, que acabam por ser orientadores deste Relatório de Estágio: as mudanças que a Internet e tudo aquilo que lhe está associado imprimiram às dinâmicas, aos ritmos e à forma de atuar do jornalismo local e ainda os perigos que o jornalista de órgãos de comunicação locais pode encontrar devido à proximidade que estabelece com os protagonistas.

Na parte mais prática deste trabalho, procedeu-se a uma análise de conteúdo às três primeiras edições do jornal *O Vilaverdense* em 2016 e à realização de entrevistas aos diretores dos jornais *O Vilaverdense* e *+Guimarães* e ainda a dois a quatro jornalistas, dois de cada um destes órgãos.

Com o recurso a essas duas metodologias, quisemos, acima de tudo, encontrar respostas para a questão “A Era Digital obriga a redefinir o jornalismo impresso local?”, partindo do pressuposto de que o novo contexto digital tem relevância nas dinâmicas e nos modos de fazer destes órgãos de comunicação, sendo importante discutir de que forma o papel e o *online* devem “conviver”.

A partir dessa questão de fundo, tentar-se-á refletir sobre diversos pontos, nomeadamente a opinião dos jornalistas sobre qual deve ser o papel do jornalismo impresso local nos dias que correm, a forma como estão a ser conjugadas as edições *online* e em papel, assim como os eventuais constrangimentos que a proximidade com as fontes e com os protagonistas pode colocar.

2. O Estágio

2.1 A empresa

Fundada em 2006 e sediada em Vila Verde, a *Ideia Cinco* é uma empresa unipessoal, com administração de José Carlos Silva, que inicialmente se dedicou a prestar serviços como criação de eventos, publicidade e assessoria. Mais tarde, em 2010, entrou no mundo do jornalismo, com a aposta em três jornais de âmbito local, mantendo-se nas outras vertentes da área da comunicação.

Além de reativar *O Vilaverdense*, jornal do concelho de Vila Verde que deixara de ser publicado nos anos 90 do século passado e que pertencera ao Arciprestado, a empresa criou, em 2010, os jornais *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro* – para o acompanhamento da atualidade dos concelhos de Amares e de Terras de Bouro – e o *Desportivo Vale do Homem* – dedicado ao desporto desses três concelhos.

Desde a sua criação, os três jornais têm periodicidade mensal. A partir de setembro de 2016, a administração da empresa entendeu incorporar o *Desportivo Vale do Homem* nos outros dois jornais do grupo, como um suplemento de desporto, mas essa opção aconteceu já após o final do período definido para o estágio curricular que baseia este trabalho, pelo que nos reportaremos à realidade de então. Até esse momento, quer *O Vilaverdense*, quer *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro*, integravam oito páginas de desporto, adaptando aquilo que era publicado no *Desportivo*. Essa era, contudo, uma opção muito discutível, tendo em conta a existência de um jornal, da mesma empresa e feito pelos mesmos jornalistas, na mesma redação, apenas dedicado ao acompanhamento desportivo.

Em complemento, cada um dos títulos possui *websites*. As plataformas *online* de *O Vilaverdense* e de *O Amarense* são regularmente atualizadas ao longo do dia, enquanto o *Desportivo* tem publicações mais escassas e funciona quase como um projeto autónomo dos demais, quer seja no papel, quer na presença *online*. Neste último caso, salvo o aparecimento pontual de uma notícia que importe publicar, como o despedimento de um treinador, o maior fluxo de notícias surge entre quinta e segunda-feira, numa primeira fase com a agenda dos jogos do fim de semana e posteriormente com a publicação dos resultados das equipas da região, em todos os escalões.

Em termos de mercado, existem mais dois periódicos na mesma área de abrangência da *Ideia Cinco*: o *Terras do Homem* – jornal quinzenal, que procura abranger a atualidade dos concelhos de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro – e o *Semanário V*, cujo enfoque está sobretudo colocado em Vila Verde e que foi lançado em janeiro de 2016. O aparecimento do *V*, aliás, veio de certa forma “despertar” a administração da *Ideia Cinco*, obrigando a maior atenção, até porque o novo jornal surgiu com grande fulgor e vontade de mostrar trabalho, ao contrário do *Terras do Homem*, que é um jornal com pouca expressão. O *Correio do Minho* e o *Diário do Minho*, jornais diários de Braga, entram também, por vezes, neste território, embora quase sempre o façam relativamente a acontecimentos previamente agendados.

2.2 A Redação

Olhando especificamente à área do jornalismo do grupo *Ideia Cinco*, a que mais importa focar no âmbito deste trabalho, é de salientar que a redação, transversal aos três jornais, é composta por cinco jornalistas. Nos casos de *O Vilaverdense* e de *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro*, além do diretor, comum aos dois títulos, existe um editor e dois jornalistas – sendo um estagiário, ao abrigo dos estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Há ainda mais dois elementos que trabalham a partir do exterior, os chamados colaboradores, que normalmente tratam de questões relacionadas com polícia ou tribunais, respondendo diretamente ao diretor do jornal, pelo que, salvo situações muito pontuais, não têm qualquer interação com os restantes membros fixos da redação.

No caso do *Desportivo Vale do Homem*, o jornal é assegurado quase em exclusivo por apenas dois jornalistas, onde se inclui o diretor, que é diferente dos outros dois jornais do grupo e é especializado na área desportiva – isto é, não acompanha outros temas além do desporto. Apesar de esta ser a norma, isso não impede que os restantes elementos da redação possam, em casos pontuais, ser chamados a fazer alguns trabalhos para este jornal.

3.3 Os jornais e os *sites*

As edições impressas dos jornais *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro* e *O Vilaverdense* são publicadas na primeira quarta e quinta-feira de cada mês, respetivamente,

enquanto o *Desportivo Vale do Homem*, totalmente a cores e impresso num papel diferente, mais ao género de revista, é distribuído na penúltima sexta-feira do mês.

Composto por 56 páginas, *O Vilaverdense* tem uma tiragem de mil exemplares e é o principal título da empresa, algo que se justifica pelo facto de Vila Verde ser um concelho maior quando comparado com Amares e com Terras de Bouro, mais fértil em termos de produto noticioso e por aí estarem situadas as instalações físicas da empresa. *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro*, embora abarque dois concelhos, tem menos 16 páginas, ou seja, é composto por 40.

Em termos gráficos, são jornais pouco apelativos, com um aspeto carregado, que valoriza pouco a imagem, o que também se explica pelo facto de terem poucas páginas a cores – e essas, muitas vezes, são ocupadas por publicidade, quer de página inteira, quer de meia página. A construção de cada página do jornal, produzido no *software Adobe InDesign*, é da responsabilidade de um *designer*, que está todos os dias na redação, de acordo com os conteúdos que os jornalistas lhe enviam, nomeadamente os textos produzidos em *Word* e as fotografias. Não existem *templates* definidos para cada página, o que dificulta a organização do jornal: a existência de páginas-tipo poderia ajudar os jornalistas e o próprio “paginador” a estruturar o seu trabalho.

Mensalmente, por norma dois ou três dias após o fecho de uma edição, os membros da redação reúnem para debater e preparar a edição seguinte. Sob orientação do diretor dos jornais, são lançados temas e propostos trabalhos para realizar ao longo do mês, nomeadamente entrevistas ou reportagens – por exemplo, o aniversário de uma associação ou a projeção de determinado evento. Isto é, são planeados, com antecedência, os trabalhos que os jornalistas devem executar ao longo do mês, uma vez que falamos de peças jornalísticas mais ou menos intemporais e que, regra geral, não estarão dependentes de atualizações de última hora. Esta é, no entanto, a única vez em que os membros da redação reúnem para discutir temas referentes à edição impressa, havendo depois um acompanhamento do desenrolar dos trabalhos por parte do editor e do diretor.

No caso do *Desportivo Vale do Homem*, composto por 24 páginas, o método de trabalho é diferente. O jornal possui a rubrica “Jogador do Mês”, em que mensalmente distribui, pelos 14 clubes de futebol e futsal sénior que acompanha, um troféu ao atleta que mais se destacou, em cada uma dessas equipas, ao longo desse mês. Esta eleição é feita pelo próprio grupo de

trabalho. Após conhecer a escolha, o jornalista agenda uma entrevista com o jogador eleito, que normalmente decorre à noite, antes de um dos treinos semanais da equipa, para depois construir uma peça para o jornal, abordando o momento de forma do jogador e da equipa, o que nem sempre se torna fácil devido à periodicidade mensal do jornal, o que pode alterar com muita rapidez o estado das coisas.

No restante, o jornal é preenchido com reportagens com equipas de futebol de formação e com modalidades, nomeadamente canoagem, voleibol e automobilismo, procurando ser eclético e abranger outros desportos, embora o futebol seja o grande dominador. Além dos campeonatos distritais da Associação de Futebol de Braga, o *Desportivo* procura ainda acompanhar o andamento das equipas da região que competem na Taça Fundação INATEL e no Campeonato Amador do Vale do Cávado.

O facto de os três jornais terem periodicidade mensal faz com que a maior carga de trabalho se concentre na semana de fecho, uma vez que, de acordo com a observação feita em contexto de estágio, invariavelmente as peças apenas são finalizadas e enviadas para paginar nos últimos dias. No caso de *O Vilaverdense* e *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro*, os jornais são paginados, quase na totalidade, nos dois dias anteriores a irem para as bancas. No *Desportivo*, esse é um trabalho feito com maior antecedência, seja pelas especificidades já referidas, seja pela pressão feita pelo diretor – que, recorde-se, é diferente do dos outros dois jornais – para que os textos estejam ultimados o quanto antes.

Nas restantes semanas, além do trabalho de preparação da edição impressa, com a marcação e a produção de entrevistas e de reportagens, os jornalistas têm a responsabilidade de atualizar os *websites*, onde são publicadas as notícias mais prementes ou mais datadas, como o assalto, as “tricas” entre o executivo camarário e a oposição, o poste de iluminação que precisa de reparação ou o acidente de viação.

A constante atualização dos *websites* dos jornais *O Vilaverdense* e *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro* é uma preocupação editorial. As duas plataformas apresentam, porém, *layouts* pouco apelativos e pouco funcionais, que não permitem, por exemplo, o complemento da notícia com outra coisa que não fotografias ou a publicação de *links* do *Youtube* para a colocação de vídeos.

Tal realidade remete para um panorama *web* muito rudimentar, sem qualquer valorização da hipertextualidade associada ao *online* tal como o entendemos atualmente, uma

vez que estamos a falar de *sites*, sobretudo o de *O Vilaverdense*, que não possuem qualquer divisão em categorias, pelo que as notícias publicadas surgem de forma cronológica, independentemente da sua relevância ou do seu tema. Acontece, por exemplo, misturar a inauguração de uma unidade hospitalar com o anúncio de uma atividade promovida por uma associação para angariação de fundos, o que, em termos jornalísticos, possui relevância muito diferente.

Os três jornais estão também presentes na rede social *Facebook*, onde são publicadas as notícias, acompanhadas por fotografias alusivas ao tema. Normalmente, além do título, é colocada uma parte do *lead* e a indicação “ver mais”, que antecede o *link* da notícia. Também esta publicação é feita de forma pouco prática, uma vez que são os próprios jornalistas, depois de publicar a notícia no *site*, quem tem a tarefa de partilhar no *Facebook*, não existindo uma ferramenta que permita a partilha automática nas redes sociais. Esta é, aliás, mais uma função que entra na “lista de tarefas” do “jornalista moderno”.

3. O trabalho num jornal local

3.1 A experiência na *Ideia Cinco*

Nesta experiência enquanto jornalista do grupo *Ideia Cinco*, produzi inúmeros conteúdos jornalísticos – como notícias, reportagens ou entrevistas – para os três jornais e para os respetivos *sites*, o que desde logo me fez desenvolver alguma polivalência: por um lado, porque o jornalismo local obriga o jornalista a “ir a todas”, sejam inaugurações de unidades hospitalares ou peças de teatro; por outro, porque tive contacto com jornalismo impresso e *online*.

No período de tempo definido para sustentar este Relatório de Estágio, entre janeiro e março de 2016, sempre saí para o terreno munido de dois equipamentos indispensáveis: um bloco de apontamentos e uma máquina fotográfica. Adicionalmente, poderia levar também o gravador, embora com o passar do tempo tenha deixado de o fazer e tenha optado por utilizar o telemóvel para esse fim, dando sentido a quem defende que os *smartphones* funcionam, nos dias de hoje, como uma espécie de “redação móvel” que permite, entre várias outras coisas, captar sons e imagens, reduzindo o material de que o jornalista precisa para executar o seu trabalho (Silva, 2011, p.2, citado por Pinheiro, 2014, p.25).

A partir do momento em que saía para o terreno, por exemplo para acompanhar uma conferência de imprensa, tinha bem presente que teria que registar o conteúdo da mensagem que fosse transmitida e, ao mesmo tempo, conseguir algumas fotografias que ilustrassem o momento, pelo facto de a redação não possuir repórter fotográfico, o que faz com que sejam os jornalistas a assumir as duas funções. Na maioria dos casos, estas eram funções que realizava com relativo à-vontade.

No entanto, tive também algumas situações, nomeadamente a inauguração de um centro escolar ou a visita de um governante a uma unidade hospital, em que se tornava mais complexo fazer as duas coisas, o registo das palavras e a fotografia, com a eficácia e a qualidade desejadas, essencialmente por se tratar de eventos com maior dimensão.

Em determinado momento, no caso de *O Vilaverdense*, o diretor pediu aos jornalistas que, quando saíssem em reportagem, gravassem pequenos vídeos que ilustrassem o momento e que, através de uma edição rápida feita na redação por um colega da área da multimédia, pudessem ser publicados no *site* do jornal. Cheguei a fazê-lo algumas vezes, embora o material disponível – a câmara fotográfica que usava habitualmente – não fosse o mais indicado e o

produto acabasse por não ter a qualidade desejada. Talvez por isso, esta opção editorial acabou por não ter sequência, salvo em casos muito excepcionais.

Já na redação, deveria construir uma notícia simples, direta, de fácil leitura e que respondesse às questões básicas do jornalismo, para ser publicada na edição *online*, acompanhada por algumas fotografias. Logo após a publicação, tinha a missão de a partilhar na página de *Facebook* do jornal. Finalizada esta parte, caso não tivesse nenhum outro serviço em agenda, deveria desde logo começar a preparar a peça jornalística para a edição impressa, dando-lhe um enfoque diferente e mais conteúdo, explorando e aprofundando o assunto para publicar no jornal em papel.

Esta experiência de estágio permitiu perceber, contudo, que nem sempre essa era uma função cumprida de imediato, sobretudo devido a um acumular de outras tarefas, o que provoca um “efeito bola de neve” negativo: poucos recursos humanos levam a uma aumento da carga de trabalho do jornalista, o que faz com que este profissional tenha menos tempo disponível e acabe por atrasar a conclusão dos textos para o jornal em papel.

Porque o atraso do jornalista é o atraso de toda a “cadeia”, já que interfere com o trabalho do editor – que revê os textos e coordena a paginação – e do “paginador”, abrem-se duas tentações que o jornalista deve conseguir evitar: por um lado, fazer horas extra para acabar o que ficara pendente e, por outro, preferir a rapidez e secundarizar a qualidade.

Emerge ainda um outro problema, porventura mais relevante, porque afeta o produto final: a falta de correção dos textos, por parte de outro membro da redação, com calma e com tempo. O *stress* do dia de fecho, acumulado a muitas horas de trabalho consecutivas, como normalmente acontece nesses períodos, leva a que muitas gralhas e erros não sejam detetados a tempo, acabando publicados no jornal que vai para as bancas. São falhas que, se frequentes e graves, afetam a credibilidade e a reputação do órgão de comunicação.

3.2 O tempo na redação

No caso concreto da *Ideia Cinco*, a principal função dos jornalistas é a constante atualização dos *websites*, com a publicação de várias notícias ao longo do dia. Parece, no entanto, excessivo que neste contexto de média locais exista uma tão grande preocupação com o *online*, até tendo em conta a forma como os *sites* estão desenvolvidos e o facto de falarmos de

meios de comunicação que atuam em territórios em que os temas são mais escassos quando comparados com grandes cidades.

Mais do que incentivar os jornalistas a fazer uma recolha exaustiva de temáticas a abordar na edição impressa, seguida da devida exploração desses mesmos temas, a opção da administração da empresa é a de ter *websites* constantemente atualizados, com as chamadas *hard news*.

Esta preocupação de ter o *online* em permanente atualização pode, por um lado, quase impelir o jornalista a aceitar que tudo pode ser notícia – e tudo pode caber no jornal – e, por outro, levar ao surgimento de uma tendência já identificada por vários autores, em que a qualidade do jornal em papel sai prejudicada por quase se tornar uma espécie de repositório do que foi anteriormente publicado *no site*.

Esta foi, aliás, mais uma ideia trazida da experiência de estágio, uma vez que muitos dos textos publicados nas edições impressas de *O Vilaverdense* e de *O Amarense & Caderno de Terras de Bouro* são, quase integralmente, iguais aos do *online*, muitas vezes apenas com a supressão dos elementos temporais como “esta tarde” ou “hoje”, o que desde logo se afigura errado: porque o jornalismo *online* e o jornalismo impresso têm características distintas e porque o jornal em papel deve ser alimentado com mais reportagem, mais aprofundamento.

A verdade é que “esta postura contribui não só para um decréscimo dos leitores do papel, devido à disponibilização de conteúdos gratuitos nos seus *sites*, como para uma oferta uniformizada no *online*, onde a novidade e a criatividade na disponibilização e criação de conteúdos é ainda reduzida, afastando as audiências” (Teixeira, 2011, p.53).

Daltoé (2003) acrescenta que se assiste, regra geral, a “uma transposição do conteúdo impresso para o *online* e não o aproveitamento das possibilidades” que os novos média oferecem (p.10), o que, neste caso concreto, é contrário ao observado em contexto de estágio, onde se assiste, ao invés, a uma transposição do *online* para o impresso.

Na visão de Pedro Jerónimo (2013), “para que o produto seja diferenciado é necessário que os produtores tenham tempo e formação para explorarem as linguagens dos novos meios” (p.4). Percebe-se, por isso, que ter tempo disponível é uma das principais exigências para conseguir produzir conteúdos diferenciados para o *online* e para o impresso.

No caso da *Ideia Cinco*, os jornalistas passam a maior parte do tempo na redação, apenas saindo para cumprir serviços de agenda ou para realizar entrevistas, não aproveitando o

horário de trabalho para percorrer o terreno, palmilhar as freguesias, ouvir as conversas de rua e encontrar histórias que lhe permitam conseguir reunir um conjunto de temas interessante e capaz de preencher a edição impressa do jornal – e não devia ser essa a sua principal preocupação?

No entanto, houve também situações em que tal me foi permitido e pude “ir para o terreno”. Recordo, a propósito, uma tarde em que deixei a redação para aprofundar uma informação que uma fonte me havia transmitido relativa ao facto de um santuário situado numa aldeia do extremo do concelho de Vila Verde, já na fronteira com Terras de Bouro, não ter missa há mais de um mês, o que estava a provocar o descontentamento da população local (anexo 1).

Ao realizar este trabalho, o jornal valorizou a proximidade que está intrinsecamente ligada ao jornalismo local – tema que abordaremos detalhadamente mais à frente – ao assumir-se como um espaço para que aqueles cidadãos pudessem dar conta daquilo que os preocupa e do que lhes faz falta, procurando encontrar uma solução que fosse ao encontro do bem comum “para que a comunidade seja cada vez mais... ‘comunidade’” (D’Encarnação, 2001, p.486, citado em Teixeira, 2011, p.41).

Da mesma forma, como se pode comprovar no anexo 2, relativo à edição de fevereiro de 2016, uma outra jornalista realizou um trabalho sobre as queixas dos moradores de determinada rua acerca das condições de habitabilidade em que se encontravam. Mais uma vez, neste caso, o jornal assumiu-se como “veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível” (Estatuto da Imprensa Regional, 1988). Um dos recursos mais utilizados para concretizar esta proximidade passava por dar voz à população, através dos *vox populi*, conforme os anexos 3 e 4.

Estas eram, porém, situações pontuais, despoletadas por uma dica de uma fonte ou por queixas dos próprios cidadãos, que pretendiam usar o jornal como meio de resolução dos seus problemas, nomeadamente para chegar às autoridades competentes, quase sempre a câmara municipal.

De resto, na maior parte do tempo, cumpria o meu horário de trabalho, entre as 9h30 e as 18h30, na redação, com a função de atualizar os *sítes*, quer com a elaboração de notícias a partir de informações que chegavam à caixa de correio eletrónico do jornal, quer publicando notícias já feitas por jornalistas colaboradores do jornal, saindo apenas para cumprir serviços de agenda ou em casos excepcionais, como um acidente de viação.

Ora, ao permanecer na redação, o jornalista cede à tentação de lhe ver chegar a informação por comunicados de imprensa ou por dicas de fontes, que são cada vez mais conhecedoras da forma como os jornalistas atuam e passam assim a controlar a informação, porque, no fundo, conseguem noticiar aquilo que lhes interessa, com a abordagem e o enquadramento que escolheram. O jornalista torna-se reativo, não proativo. Não parte em busca da história, espera que a história o encontre.

Passa, muitas vezes, a fazer o chamado “jornalismo de secretária”, “uma prática enraizada nas redações, difícil de combater, sobretudo quando o número de jornalistas diminui, sem que haja uma redução do volume de trabalho, e a precariedade aumenta” (Soares, 2012, p.26). E, por vezes, falta tempo e meios para fazer bem até o “jornalismo de secretária” (Soares, 2012, p.26)

(...) fomentou-se aquilo que é conhecido como o “jornalismo de secretária”, onde os profissionais trabalham a maior parte do tempo na redação (recebem os conteúdos através da Internet e escrevem as notícias a partir das suas secretárias). Desta forma, há uma reinvenção do papel do jornalista tradicional (aquele que assiste os factos e torna-se uma espécie de testemunha da realidade) passando, cada vez mais, a assumir apenas o papel de redator de textos e notícias. (Ferreira, 2016, p.12)

Esta tendência é paradigmática dos tempos atuais, tornando-se particularmente interessante quando nos referimos a jornalismo local, que, por definição, é aquele que está perto das pessoas e dos acontecimentos. Ora, se “quando as notícias longínquas nos chegam à hora dos noticiários da noite” nos apercebemos “de que nada sabemos do que se passou ao fundo da nossa rua” (Camponez, 2002, p.15), é porque alguma coisa falhou – e o jornalismo de proximidade não cumpriu a sua missão.

A opção editorial da *Ideia Cinco* mostra também outra tendência atual, que diz respeito à chamada “cultura das partilhas” nas redes sociais, daí a opção de ter *websites* e páginas de *Facebook* constantemente atualizadas, mesmo que por vezes com *fait-divers* ou notícias de âmbito nacional, como a atividade operacional da GNR. Os acidentes rodoviários são, neste contexto, um importante chamariz de internautas: o jornalista desloca-se ao local do sinistro,

expõe a notícia nalguns parágrafos e adiciona uma galeria de fotografias, que rapidamente é partilhada, comentada e “gostada” por dezenas de utilizadores.

Esta experiência de estágio levou-me, portanto, a querer perceber de forma mais aprofundada qual deve ser o papel do jornalismo impresso local nos dias que correm, num momento em que a Internet detém um papel central e que os média locais procuram também estar presentes no mundo *online* – a Era Digital obriga a redefinir o jornalismo impresso local?

Além disso, interessa também abordar, recorrendo às experiências de diferentes profissionais, os eventuais constrangimentos que a proximidade com os protagonistas pode colocar aos jornalistas e a tentação de fazer mais jornalismo a partir da secretária do que sair para o terreno.

3.3 O jornalismo de proximidade

O Estatuto da Imprensa Regional, que pretende ser “um passo indispensável para que o país tenha a perceção clara do papel, objetivos e atribuições que a este setor são cometidos”, considera que pertencem à categoria de imprensa regional “todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico” (Estatuto da Imprensa Regional, 1988).

Como defende Duarte (2010), “dos órgãos de imprensa regional espera-se o mesmo do que dos órgãos nacionais. Apenas com uma diferença bem demarcada: mais atenção ao próximo” (p.5). Desde logo, imprensa regional remete “mais para média vocacionados para a história do quotidiano das comunidades locais do que para o país ou o mundo” (Duarte, 2010, p.5), o que nos deixa perante um conceito-chave que é fundamental quando nos referimos a este tipo de imprensa: proximidade.

É esta característica que leva os meios de comunicação local e regionais a perceber melhor as necessidades dos leitores, designadamente aquilo que quem lê pretende ver retratado, sobretudo pelo facto de ambos estarem integrados na mesma comunidade. Ou seja, “o jornal local permite a polifonia ao abrir espaço para a dona de casa reivindicar melhores

infraestruturas no seu bairro, ao mostrar a cultura dos municípios da redondeza e também ao questionar as irregularidades na administração” (Ribeiro, 2005, p.47).

O próprio Estatuto da Imprensa Regional refere, aliás, que esta imprensa assume-se, “muitas vezes”, como “o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível”, além de desempenhar “um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo” (Estatuto da Imprensa Regional, 1988).

Jorge Pedro Sousa (2002) explica que, através desse Estatuto, “o Estado não faz mais (...) do que expressar o sentimento de muitos portugueses, que reconhecem na imprensa regional vários papéis” (p.8), nomeadamente que seja capaz de “veicular informação, promovendo e mobilizando o local; assumir-se como um meio de chamada de atenção para os anseios e projetos locais; funcionar como elo social e identitário, e como elemento socializador e agregador; e amplificar, através das suas publicações, o espaço público local” (p.8)

A função da imprensa local e regional de se assumir como um “elo social” é também focada por Amaral (2006), quando diz que estes órgãos de comunicação constituem “pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades”, porque contribuem para “a amplificação de um espaço público local mais racional e comprometido com as causas do progresso coletivo” (p.4).

(...) O jornal regional pode ultrapassar a missão de informar ao assumir-se como plataforma de debate em defesa de causas, projetos ou ideias transformadoras da vida quotidiana das pessoas. Nessa medida, quanto mais profissional e independente for um jornal regional, na sua relação com os interesses da comunidade, denunciando aspetos negativos e enaltecendo os positivos, mais essa comunidade tenderá a dar passos em frente na sua afirmação cívica, política e social. (Amaral, 2006, p.4)

Ora, é sobretudo com base nesta premissa de proximidade que “a imprensa regional é determinante nos dias de hoje pelo papel de serviço público que presta, pelo facto de ser uma guardiã de tradições e identidades e pelo simples facto de prestar informações de âmbito

regional e muitas vezes local que nenhum outro meio de âmbito nacional faz de forma tão profunda e completa” (Carvalho, 2013, p.7).

D’Encarnação lembra que é neste tipo de imprensa que se valorizam as iniciativas culturais locais, porque é aí que aparecem “o anúncio, a notícia, a reportagem, as imagens, os nomes dos intervenientes”, por exemplo, numa peça de teatro feita por um grupo amador. “Só o jornalista local (...) saberá realçar o valor das tais noites perdidas em ensaios, do tal ‘bichinho’ que significa pisar o palco perante amigos e familiares, na intenção grada de divertir” (2001, p.486, citado em Teixeira, 2011, p.41)

Estas teses vão, pois, ao encontro do que define o Estatuto da Imprensa Regional quando refere que esta imprensa “tem, por regra, sabido desempenhar uma função cultural a que nenhum órgão de comunicação social pode manter-se alheio” (Estatuto da Imprensa Regional, 1988).

E, por todo o lado, exposições de pintura, de cerâmica, de azulejos, de artesanato urbano... Parece praga. Se fôssemos a noticiar tudo!... Pois é. Mas essa exposição – do jovem que está a começar, dos utentes daquele Centro de Dia... – representa o culminar de todo um trabalho de equipa, de insuspeitadas solidariedades... que fazem o “sal” da vida e a que importa dar realce. Para o bem-estar geral. Para que a comunidade seja cada vez mais... “comunidade”. (D’Encarnação, 2001, p.486, citado em Teixeira, 2011, p.41)

A importância do jornalismo local e regional está, segundo Igor Savenhago (2012), no facto de estes órgãos de comunicação se assumirem “como fornecedor[es] de informações que não costumam circular nos grandes *sites* de notícias, nos ‘jornalões’ ou nas mais famosas emissoras de TV, preocupados apenas com a notícia de interesse global”. “(...) e as decisões de uma *prefeitura*, que podem afetar o dia-a-dia de uma comunidade? E aquele personagem inusitado, que se põe a fazer o que ninguém antes teve coragem? E os buracos da rua, as condições das escolas, as diretrizes do trânsito dos pequenos municípios? Quem publica? Quem veicula?” (p.2).

Savenhago entende que “os veículos locais/regionais têm, diante disso, a missão de facilitar a organização de comunidades específicas, de oferecer canais por meio dos quais os pequenos grupos possam se ver e identificar oportunidades de fortalecimento de seus anseios,

de abrir portas para que circulem as vozes daqueles que não encontram espaços para se pronunciar” (2012, p.2).

Nunca será demais repetir que a grande diferença que reside entre os jornais diários e a imprensa local e regional é que dos primeiros se lêem as “gordas”, enquanto se vai no comboio ou dez minutinhos depois (ou antes) do jantar, enquanto não vem o telejornal ou se deita o olho ao galã ou à garota gira da telenovela – e no dia seguinte há outro; e os segundos, os jornais locais, são lidos pela família toda, estranha-se a semana em que não chega no dia aprazado e todo ele se lê com redobrada atenção, porque ali se tratam coisas que lhes são familiares: critica-se a Câmara; a estrada nunca mais fica pronta; aquela ponte continua a vir de nenhum sítio e a ir para sítio nenhum?... (D’Encarnação, 2001, p.487, citado em Teixeira, 2011, p.31)

Para Pedro Coelho (2005), “aos meios de comunicação social de proximidade não bastará denunciar os problemas que afectam a comunidade, eles [os média locais] terão também que envolver-se no esforço coletivo de promoverem o debate e a discussão racionais com vista à procura de soluções para esses problemas” (p.122). Neste sentido, “e apenas neste sentido”, poderemos “atribuir aos meios de comunicação social de proximidade o cumprimento daquilo que designamos por função social (dos média), uma meta que há muito parece ausente dos meios de comunicação social nacionais” (p.122).

3.4 A demasiada proximidade

Ao conceito de proximidade, indispensável para a prática de jornalismo em meios de comunicação locais e regionais, justapõe-se o de “demasiada proximidade”, que a autora Cristina Moreira (2009, citada em Andrade, 2014, p.31) utiliza para definir os perigos que o jornalista tem que saber contornar para manter a sua objetividade e a sua capacidade de observação imparcial.

A proximidade pode ser, pois, uma característica perigosa para o jornalismo local, como sublinham Andrade (2014) e Barroso (2003), para quem “o contexto peculiar e restrito” (Barroso, p.311) dos meios de comunicação local ou regional criam “uma natural e enorme exposição do jornalista no seio da sociedade” (Barroso, p.311).

Aumenta (...) a probabilidade de, em círculos pequenos, os cidadãos se conhecerem, o que torna mais provável a possibilidade de um jornalista estar obrigado a escrever algo sobre pessoas por quem tem consideração ou estima e isso pode afetar o seu trabalho final. (Andrade, 2014, p.32)

Luísa Teresa Ribeiro (2008) entende que “a proximidade – que é uma mais-valia dos órgãos de informação locais e regionais – acaba por ser também um constrangimento para o desenvolvimento da atividade jornalística”, num contexto em que são estabelecidas “relações com as fontes que aconselham a alguma cautela na hora de divulgar uma informação porque se pode fechar definitivamente uma porta importante para outras “estórias” e com a qual o jornalista se pode cruzar ao virar da esquina” (p.461).

Para Savenhago (2012), há ainda outro problema que acaba por não permitir que o papel da imprensa local e regional, tal como o autor o entende, seja devidamente cumprido. “As fortes ligações com o poder económico e político acabam contaminando uma proposta que seria a de promover liberdade de expressão. Prevalece o interesse financeiro em detrimento do exercício de cidadania” (p.2).

Pedro Coelho (2005) considera, por isso, que “é natural que com órgãos de comunicação social necessariamente vergados ao peso das instituições e remetidos à subserviência, teremos meios de comunicação social frágeis que em nada contribuirão para a formação da opinião pública; esta será, por isso mesmo, igualmente frágil, subserviente e compreensiva, até para os erros do poder político” (p.126).

Para os média locais há outras dificuldades em controlar o poder político. Quem é que fornece ao jornalista informações sobre as irregularidades dos políticos? Na maioria das vezes são outros políticos. Num meio pequeno chega a haver um autêntico trabalho de malabarista, com o jornalista à procura de delicados equilíbrios em que seja possível não hostilizar as fontes – sob pena destas “secarem” – sem deixar de noticiar os factos. (Carvalho, 1996, p.5)

Por isso, “enquanto o jornalismo regional em Portugal continuar refém de um conjunto de marcas negativas que o tornam anacrónico, pesado e ineficaz, dificilmente poderá afirmar-se como pilar do espaço público” (Coelho, 2005, p.126), o que vai ao encontro do que defende João Carlos Correia: a necessidade “de profissionalização, de modernização e de superação de

anacronismos empresariais e organizacionais evidentes” neste tipo de jornalismo (1997, p.146, citado em Ribeiro, 2008, p.454).

Juan Maciá Mercadé frisa que as relações com as instituições e organismos locais e regionais são, neste contexto, “mais diretas, de caráter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos órgãos que se encontram, administrativa e politicamente, a um nível hierárquico superior” (Mercadé, 1997, citado por Camponez, 2002).

Na visão de Pedro Coelho (2005), “os meios de comunicação de proximidade devem assumir o papel de auxiliares na formação da opinião pública local, envolvendo-se diretamente no tratamento dos temas, porque a isso o pacto de proximidade os obriga, mas sem que esse envolvimento signifique o entrincheiramento do jornalista e do jornalismo à volta de uma causa” (p.122).

Sobre este ponto, devo dizer que, na minha experiência enquanto jornalista, nunca fui diretamente pressionado na hora de escrever qualquer texto. No entanto, percebi que, por vezes, a proximidade estabelecida com os protagonistas faz com que exista, do outro lado, a tentação de querer dar algumas dicas sobre a notícia deve ser redigida. Acredito, porém, que nos casos em que isso aconteceu tenha sido feito de forma quase inconsciente e não como estratégia devidamente pensada e concertada.

3.5 Um novo papel para o jornalismo impresso local?

O aparecimento, desenvolvimento e a generalização da Internet trouxeram ao jornalismo “novas formas de atuação e de divulgação da informação” (Teixeira, 2011, p.66), fazendo surgir diversas teses que traçam um futuro nefasto para o jornalismo impresso, mas também realçar a necessidade de “soluções que consigam contrariar todas as potencialidades oferecidas pelo *online*, aquelas que o impresso não possui” (Teixeira, 2011, p.66).

Rosemary Bars Mendez (2002) defende que “o jornalismo informativo impresso não tem que correr, na mesma velocidade da Internet, apenas para adaptar-se ao novo mundo digital”. Para a autora, o jornalismo em papel deve, por isso, adotar um novo... papel, “revestindo-se de profundidade no ato de informar” (p.105).

Isto é, a autora considera ser necessário colocar a análise detalhada de determinado assunto como principal foco do jornalismo impresso. Tendo presente que o objeto principal da

notícia já deverá ser conhecido, devido à multiplicidade de meios, ao papel da Internet e aos fluxos informativos que caracterizam a Era Digital, os jornais em papel devem apostar sobretudo, de acordo com esta tese, em funcionar como meios de interpretação e de aprofundamento de determinados temas.

(...) Por mais que o leitor já tenha tido alguma informação anterior – por meio da TV, do rádio, da Internet, ou de qualquer outro meio eletrônico – ele quer uma informação mais completa, mais apurada (...) Portanto, ao ler um jornal, o leitor está buscando detalhes, argumentações, explicações de todos os factos já noticiados pelos outros veículos. A notícia de primeira mão, ele já teve. O que ele passa a querer, depois disso, é o aprofundamento. (Amadei, 2007, p.16)

Na mesma linha, Mattos (2013) refere que, tendo em conta que o jornalismo está à procura de “novos caminhos que assegurem [a] sua sobrevivência” (p.38), é necessário perceber “que apenas transmitir notícias já não é suficiente, pois o leitor busca algo mais além de declarações, além do jornalismo oficial e do jornalismo declaratório” (p.38).

Hoje em dia, mais do que nunca, aumenta a responsabilidade do jornalista “no que se refere ao ato de analisar, seleccionar e contextualizar ainda mais o conteúdo a ser divulgado, ‘*checando*’ as informações, amadurecendo os temas tratados, desdobrando os factos e levando a investigação dos factos ao extremo possível em busca da verdade para garantir um jornalismo de credibilidade” (Mattos, 2013, p.40), num contexto em que “este novo cenário se apresenta cada vez mais fragmentado” e “aponta também para a adoção de um jornalismo investigativo que apresente narrativas mais bem contextualizadas” (Mattos, 2013, p.40).

O problema que se apresenta para os jornais vencerem os obstáculos e encontrarem o caminho da sobrevivência na era da competição digital está na identificação de um modelo de negócio que permita manter a qualidade, a credibilidade e uma receita compatível com os custos de produção de informação e apuração de notícias. (Mattos, 2013, p.177)

Noutra perspectiva, Claudia Jawsnicker considera que “o redimensionamento do papel do impresso vai além de investimento em análise e interpretação”, pelo que “os jornais deveriam (...) refletir sobre a importância em diferenciar e singularizar a produção e tratamento da notícia,

por meio de uma cobertura mais local, focada na comunidade ao qual o jornal atende” (2008), o que nos remete para a ideia de jornalismo de proximidade, que está subjacente a todo este trabalho.

A tese de que os diversos meios de comunicação – papel, televisão, rádio e *online* – são rivais, funcionam como destrutivos dos outros e não podem convergir ou complementar-se tem sido contrariada por diversos autores. Daltoé, por exemplo, entende que “é ilusório pensar que uma tecnologia automaticamente elimina a tecnologia anterior” (2003, p.7), enquanto Chaparro defende que, “em tempos dominados pelo fascínio da imagem, a Internet representa, de alguma forma, o resgate do texto” (2005, p.1).

(...) A fotografia alterou o sentido da pintura, mas não a substituiu; a televisão ocupou certos espaços do cinema, mas não todos; o correio electrónico criou uma nova forma de comunicação, mas as agências de correios e telégrafos continuam operando. O jornal, em outras palavras, não precisa necessariamente desaparecer diante da presença do computador porque é uma tecnologia suficientemente flexível para adaptar-se aos novos tempos. (Daltoé, 2003, p.7)

Conforme define Jorge Pedro Sousa (2001), “o jornalismo é, portanto, uma modalidade de comunicação social rica e diversificada”, capaz de oferecer aos leitores “prosas cativantes, histórias bem contadas, notícias interessantes (e não apenas notícias importantes), *fait-divers*, tiras de banda desenhada, passatempos, conselhos de beleza e de moda”, entre outros, que devem ser devidamente aproveitados (p.15).

Faustino identifica a “profundidade do conteúdo e da análise, a concorrência geográfica limitada, a facilidade de transporte para o utilizador, a competitividade do preço, a credibilidade, a existência de bases de dados do leitor e do anunciante”, assim como o facto de ser o “fornecedor primário local de informação e de publicidade”, como as mais-valias do jornalismo impresso, capazes de o fazer sobreviver na Era Digital (2010, p.25, citado em Teixeira, 2011, p.67). Este é, aliás, um “momento único” para jornalismo local/regional, de acordo com Savenhago (2012). “Com as novas tecnologias que invadiram, com força total, os lares do mundo contemporâneo, a imprensa de proximidade – do bairro, do município, da região – ganha a oportunidade de ocupar lacunas nunca antes preenchidas na história da humanidade” (p.2).

Nesta Era Digital, porém, “são inúmeros os desafios” que se colocam aos meios de comunicação social locais e regionais, “numa altura em que, em termos de conteúdos jornalísticos, a quantidade seja cada vez mais preferível à qualidade, fruto da imediatez da informação”, o que faz com que também os “meios circunscritos a um território mais delimitado precis[em] de se adequar a esta nova forma de informar” (Teixeira, 2011, p.36).

Para Neveu, essa realidade faz com que as administrações dos órgãos de comunicação social local e regional deem mais atenção à “informação orientada para as audiências (*fait-divers*, desporto) e à informação que visa atrair a publicidade”, o que faz surgir o “jornalismo de mercado” (2003, p.118). Ou seja, “o trabalho das redações é cada vez mais balizado pela contenção de despesas e pela caça às audiências” (2003, p.118).

E com menos recursos, a qualidade jornalística decresce, a investigação de média e longa duração é colocada em segundo plano, pois constrangimentos de tempo e de recursos humanos obrigam a tais medidas. A quantidade de textos pode até aumentar, mas a sua extensão será reduzida, dando especial ênfase a *takes* de agências de notícias e aos comunicados de empresas e associações, o que traz alguns incómodos à prática jornalística. (Teixeira, 2011, p.49)

Como assinala Murdock, “as pressões de tempo incessantes e os consequentes problemas de distribuição de recursos e calendarização de trabalho em organizações jornalísticas podem ser reduzidos ou aliviados através da cobertura de acontecimentos ‘pré-agendados’; isto é, aqueles que foram anunciados com antecedência pelos seus convocadores”, o que faz aumentar a dependência dos jornalistas relativamente a fontes de informação “desejosas e capazes de pré-agendar as suas atividades” (S/D, citado em Traquina, 1993, p.229).

Esta questão entronca na profissionalização das fontes de informação, que ganharam “capacidade de intervenção nos processos jornalísticos”, como refere Chaparro. “[As fontes] ocuparam o espaço essencial do processo: a criação dos acontecimentos, enriquecendo-os na dimensão comunicativa. Passaram a interferir no agendamento dos jornais (...). Tornaram-se criadores competentes de conteúdos” (Chaparro, 2001, p.183).

De facto, nas últimas décadas com principal acuidade, foram sendo constituídos campos de saber, instituições diversificadas e uma panóplia de profissionais cuja razão de ser e cujo papel consiste precisamente em posicionar-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos média e interessados em serem desses mesmos média fontes privilegiadas. (Pinto, 2000, p.6)

Como Luísa Teresa Ribeiro (2008) comprovou num estudo feito com os dois diários generalistas sediados na cidade de Braga, o *Diário do Minho* e o *Correio do Minho*, “os diretores [desses jornais] admitem a escassez dos recursos humanos e a profissionalização das fontes, constatando que, depois de distribuídos os jornalistas pelos serviços de agenda, não sobram profissionais para desenvolver outros trabalhos” (p.459).

Este trabalho desenvolvido pela autora permitiu também registar a "incongruência entre a vontade que os jornais têm de aumentar os artigos que tiveram origem em iniciativas dos jornalistas e o facto de não lhes ser dado tempo para poderem desenvolver as ‘estórias’, se pedir que tratem de vários assuntos no mesmo dia e se solicitar que tirem fotografias e escrevam os textos” (Ribeiro, 2008, p.461). Há muita coisa a acontecer ao mesmo tempo, muitos serviços para cumprir e isso cria uma rotina que se enraizada e à qual é difícil fugir. A reportagem e a investigação ficam invariavelmente adiadas.

3.6 O jornalista multifacetado

As alterações que a tecnologia digital representa nas dinâmicas do fazer jornalismo, originando conceitos como o de “jornalismo multimédia”, têm merecido especial atenção por parte de diversos autores, o que não significa, contudo, que já se tenham esgotado todas as possibilidades de estudo. Muito longe disso: esta trata-se de uma problemática que continua a fomentar o surgimento de diversos novos contributos, configurando-se como uma área de estudo com muito ainda por descobrir.

Nos dias que correm, os jornalistas convertem-se em “fornecedores de conteúdos”, como refere Concha Edo. “É o jornalismo multimédia, que exige escrever a notícia para Internet, com as correspondentes atualizações, e contá-la nos meios audiovisuais, compartilhando toda a informação e renunciando aos exclusivos e às reportagens, por falta de tempo para tal” (Edo, 2003, p.1).

A investigadora Anabela Gradim (2002) entende que “as tecnologias digitais, e especialmente os novos média, estão simplesmente a acelerar um processo onde as administrações pressentem um aumento das margens de lucro, produzindo o jornalista tipo MacGyver, o super repórter multimédia, e o novo produto que este se prepara para oferecer ao seu público” (p.6).

Segundo esta autora, “as redações continuarão pois a produzir notícias, independentemente do meio a que se destinam. As formas de o fazer, e de as apresentar, é que já estão a mudar, e continuarão a mudar no futuro” (Gradim, 2002, p.15). Nelia Bianco identifica que “as novas ferramentas digitais colaboram para reestruturar o exercício da profissão, a produção industrial da notícia, as relações entre as empresas de comunicação com as fontes, a audiência, os concorrentes, o governo e a sociedade. Trazem, portanto, implicações de ordem técnica, ética, jurídica e profissional para o jornalismo” (S/D, p.1).

A generalização da Internet nas redações fez alterar, segundo Ferreira (2016), “as competências exigidas aos jornalistas”, a que agora passa a ser “imposta polivalência” (p.33). “De facto, hoje em dia é exigido que os jornalistas tenham várias aptidões profissionais, como habilidades para procurar informações, boa capacidade de seleção, perseverança, velocidade e escrita atrativa” (Ferreira, 2016, p.33).

Neste contexto, Manuel Pinto defende que todas estas transformações “tornam necessário repensar o quadro em que ocorre a formação inicial e contínua dos profissionais da comunicação e, em especial, dos jornalistas”. Por isso, para este autor, “a instituição universitária é, ou deve ser, neste quadro, não apenas instância de observação e de análise, mas também agente ativo das mudanças em curso, competindo-lhe, antes de mais, acionar os instrumentos analíticos que ajudem a compreender melhor o que se está a desenhar” (1999, p.77).

Diante deste cenário de mudanças, considero, por conseguinte, que não estaremos tanto perante o ocaso do jornalismo como, sobretudo, diante de um processo, indubitavelmente crítico e complexo, de procura e de recomposição, o que pressupõe um jogo permanente e conflitos inevitáveis entre modalidades e géneros novos e antigos e uma redefinição das relações deste campo com outros campos da vida social, em busca de novos equilíbrios. (Pinto, 1999, p.77)

Se parece claro que o facto de o jornalista ser capaz de contribuir em diferentes áreas, desenvolvendo novas competências, é benéfico e transforma-o num profissional mais versátil, também importa ter presente a tese de que essa multiplicidade de suportes de trabalho pode provocar dispersão, sobrecarga de trabalho e, em termos práticos, contribuir para a redução dos padrões de qualidade dos produtos finais, fazendo com que o jornalista tenha de cumprir diversas funções a nível satisfatório e não consiga atingir patamares de qualidade elevada.

Só o empenho e o profissionalismo da maioria dos jornalistas, muitas vezes entregue à sua própria sorte por diretores pouco presentes, permitia assegurar projetos com um mínimo de qualidade, mas mesmo a fazer muitas horas extraordinárias não pagas, os profissionais não tinham como cobrir tudo o que se passava e muito menos podiam sair, frequentemente, em reportagem. (Soares, 2012, p.12)

Nalgumas empresas, como a jornalista e investigadora Sylvia Moretzsohn observou num estudo de caso realizado na redação do jornal *O Globo*, do Brasil, foram distribuídas máquinas fotográficas ou *smartphones* pelos jornalistas e foi-lhes pedido que, em qualquer saída para o terreno, enviassem um registo que complementasse o texto.

Esta tendência de levar o mesmo profissional a desempenhar mais do que uma função faz, contudo, com que os erros surjam com maior frequência, como descreve o jornalista do jornal *O Globo* Bernardo Moura, subeditor da secção “Mídias Sociais” (citado em Moretzsohn, 2014, p.70): “As pessoas estão trabalhando muito mais que antes. (...) E você começa a fraquejar, erra o título, erra o texto, as coisas começam a sair erradas”. Em síntese, “aceleração do ritmo de trabalho, acúmulo de funções, exaustão ao fim do dia” (Moretzsohn, 2014, p.70). E a entrada numa espiral negativa, de sobrecarga de trabalho, perda de motivação e menor rendimento.

No fundo, é a “própria noção de jornalismo de excelência (*top quality journalism*) que fica ameaçada com a emergência do profissional tudo-em-um, que produzirá, na maioria dos casos, jornalismo medíocre” (Gradim, 2002, p.9). O investigador Joaquim Fidalgo partilha desta opinião, ao considerar que “um jornalista que seja da imprensa, que saiba escrever bem, pode usar uma máquina fotográfica, mas não vai fazer um trabalho interessante; pode é salvar a situação” (Fidalgo, 2014).

(...) o jornalismo (...) não é só *breaking news*. Nesses casos, basta levar o telemóvel, porque dá para filmar, gravar, tirar fotografias, escrever... Mas depois das *breaking news*, o jornalismo vai aprofundar as matérias, vai contextualizá-las e isso não já não pode ser feito por um senhor sozinho, no meio do deserto. (Fidalgo, 2014)

Na ótica de Fidalgo, o facto de o jornalista se ver obrigado a desenvolver mais do que uma função (a escrever e a fotografar, por exemplo) não é algo novo, uma vez que era já uma realidade nos jornais regionais, por razões económicas, que “não tinham dinheiro para ter um jornalista e um repórter fotográfico a tempo inteiro” (2014).

(...) O jornalista não se sentia um repórter fotográfico, mas fazia uma “chapa”, a cara da pessoa, aquela fotografia meramente documental que qualquer pessoa consegue fazer. O que acontece é que agora não é só nos jornais pequenos, é também nos médios e nos grandes. (Fidalgo, 2014)

3.7 O parente pobre do jornalismo?

O investigador espanhol Carlos Camponez lembra que há “leituras críticas que remetem a imprensa regional para formas desqualificadas de comunicação, navegando nas águas turvas de um jornalismo pré-industrializado, ausente de noções éticas, pouco profissionalizado, temeroso e cacique” (2003, p.74-75, citado em Ribeiro, 2008, p.1).

No entanto, “sobretudo nas últimas duas décadas, assistiu-se também a uma cada vez maior revalorização do papel da imprensa regional e local, nomeadamente enquanto instrumento privilegiado de manutenção ou reativação de formas de comunicação pré-industriais, alternativas aos modelos de comunicação massificados” (Camponez, 2003, p.74-75, citado em Ribeiro, 2008, p.1).

A mesma opinião tem Pedro Jerónimo, para quem “o jornalismo de proximidade é visto como o parente pobre do jornalismo”, embora note que “as redações regionais estão cada vez mais qualificadas” (Lusa, 2017, 11 de janeiro). Isso acontece desde logo pela “proliferação de cursos superiores na área de jornalismo e de comunicação social”, que fizeram alterar “aquela

ideia de que as pessoas que não tinham qualificação e que iam trabalhar para os jornais porque até escreviam bem” (Lusa, 2017, 11 de janeiro).

A este respeito, Fidalgo (2002) concorda com a ideia de que atualmente “chegam às redações profissionais mais bem preparados em termos culturais, científicos e técnicos”, mas considera que “a qualidade do jornalismo que se faz depende de condições inerentes aos jornalistas, mas depende tanto ou mais de condições que lhes são exteriores – as do contexto empresarial em que a atividade é exercida, as do sistema mediático com as suas lógicas particulares, as do mercado, as do todo social”, pelo que os profissionais terão que se adaptar a um “terreno mais movediço do que outrora, mais indefinido, mais volúvel, mais precário, mas simultaneamente mais pressionante, mais competitivo, mais exigente” (p.10).

3.8 Do local para o global

Num espaço global, onde fica o local? Na paróquia ou no café? Já não interessa o que se passa no bairro mas sim o que aconteceu do outro lado do mundo? (Duarte, 2010, p.2)

Na Era da Informação, num mundo transformado em “aldeia global”, como um dia disse McLuhan, “a possibilidade de poder estar a par de tudo o que acontece no planeta cria um sentimento de conhecimento, mas o certo é que, muitas das vezes, uma pessoa pode não conhecer o que ocorre a metros de distância da sua habitação” (Teixeira, 2011, p.12).

A Internet funciona, por isso, segundo Silva, como um espaço onde “coabitam o público e o privado, o local e o global, o material e o virtual. Em termos geográficos são diluídas as fronteiras, mas são também promovidos novos espaços de sociabilidade, novos territórios, novas identidades e práticas sociais” (1999, citado em Amaral, 2005, p.7).

Para Carlos Camponez (2002), “o local e o global não são extremos que se opõem, mas espaços que interagem, ainda que de forma desequilibrada” (p.272). Nesta linha de pensamento, “o local é o lugar de compromissos comunicativos, que tanto podem direcionar-se para as denominadas de lugar como para as lógicas globais mais desterritorializadas” (p.272).

Como questiona Duarte (2010), “faz sentido que não se saiba o que aconteceu ao fundo da rua e, ao mesmo tempo, se saiba o que se passou a milhares de quilómetros de distância, numa realidade diferente?” (p.3). A autoria deixa ainda duas questões que, na sua ótica, são

fundamentais: “Será que teremos populações informadas sem jornalismo de proximidade? Será que ao sermos globais deixamos de ser locais?” (p.3).

(...) um jornal regional circunscreve a sua informação principal aos limites e fronteiras de uma região determinada. Não significa que estes não cubram assuntos nacionais e internacionais mas, quando o fazem, conferem-lhe uma ênfase mais restrita. Serve, muitas vezes, de complemento informativo para que os leitores locais, muitas vezes sem acesso a outros meios de grande circulação, possam ficar sintonizados com o essencial dos factos mais relevantes a nível geral. (Amaral, 2005, p.43)

Nessa medida, “o jornal regional pode ser entendido como uma ‘carta da família’, um reencontro com as raízes, cujo papel de aproximação cultural funciona, em muitos casos, como um dos poucos contactos periódicos com a língua materna” (Amaral, 2005, p.45), pelo que “não parece haver dúvidas que esta imprensa regional tem um lugar especial, distintivo, no super consumo informativo que caracteriza a atual sociedade”, algo que apenas se consegue se houver uma “profissionalização crescente” das redações (Amaral, 2005, p.48).

Na mesma linha de pensamento, Peruzzo realça que “a globalização da economia e das comunicações” permitiu constatar, ao contrário do que se pensava inicialmente, “a revalorização” da imprensa regional, a “sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas”. (2005, p.70, citado em Jerónimo, 2013, p.90). Paulo Faustino entende que “a sociedade está a caminhar para uma personalização comunicacional, dando lugar a numerosos grupos desmassificados, mais pequenos e focalizados geograficamente” (2000, p.94, citado em Jerónimo, 2013, p.28).

Para Jorge Pedro Sousa, a definição do papel da imprensa local e regional, “num mundo em que a dinâmica da globalização contrasta paradoxalmente com o recrudescimento da importância do local” (2002, p.17), é um dos desafios que se colocam, nos dias que correm, aos média locais e regionais. “A “glocalidade” é, pois, o novo espaço da imprensa regional e local e esta tem de o ocupar, designadamente através da migração para o ciberespaço e do aproveitamento das potencialidades do *online*” (2002, p.17).

4. A repetição de notícias *online* e no papel

A realidade experimentada na redação do jornal *O Vilaverdense* e as teses defendidas por diversos autores ajudam a sustentar a ideia de que, no jornalismo local, as potencialidades da Internet ainda não estão a ser devidamente utilizadas e o que existe é uma “oferta uniformizada” (Teixeira, 2011: 53), quer no *online*, quer em papel.

Partindo desse pressuposto, procedeu-se a uma análise de conteúdo das edições impressas do jornal *O Vilaverdense* dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016. Em cada edição, foram contabilizadas as páginas com peças jornalísticas de âmbito generalista, excluindo-se as páginas de publicidade, de suplementos especiais e do caderno de desporto – neste último caso, por ser uma adaptação dos artigos do *Desportivo Vale do Homem*.

Essas peças jornalísticas foram, depois, agrupadas em duas categorias: “Repetidas” e “Originais”. No caso de “Repetidas”, trata-se de artigos que, de alguma forma, já haviam sido publicados na edição *online*, ou seja, o assunto principal daquele artigo já fora noticiado, embora nalguns casos tenha merecido mais detalhe. Na categoria “Originais”, surgem artigos que não mereceram qualquer referência na plataforma *online* do jornal antes da publicação em papel.

Ao todo, nestes três meses, o jornal publicou 251 artigos jornalísticos, dos quais 189 já tinham sido notícia no *site* (“Repetidos”) e 62 não (“Originais”).

	janeiro	fevereiro	março
Repetidas	80	48	61
Originais	26	21	15

Tabela 1: Categorização das notícias publicadas no jornal *O Vilaverdense*

Em termos percentuais, os textos “Repetidos” situam-se entre os 70 e os 80%. A maior percentagem de peças jornalísticas “Originais” (30%) acontece no mês de fevereiro, que é aquele em que, dos três meses analisados, o jornal publicou menos artigos (69), até porque dedicou 15 páginas a um suplemento especial de projeção do “Mês do Romance” (uma iniciativa promovida pela câmara de Vila Verde), que não estão incluídas nesta contabilidade, por não serem artigos jornalísticos.

Dentro dos “Repetidos”, 139 (74%) continham o mesmo título que constava na edição *online*. Vejamos um exemplo. A notícia “Biblioteca Municipal e Centro de Dinamização Artesanal deram a conhecer os seus espaços aos alunos do 1º ciclo do Concelho” foi publicada, no dia 2 de dezembro de 2015, na edição *online*. A 8 de janeiro de 2016, mais de um mês depois, voltou a ser publicada, de igual forma e sem alterações de relevo, na edição impressa. Com o mesmo título e o mesmo *lead*, como se pode ver nos anexos 5 e 6.

	janeiro	fevereiro	março
Total de notícias	106	69	76
Notícia c/ título igual	53	39	47

Tabela 2: Comparação entre o número total de notícias de cada edição e as notícias com o mesmo título no jornal e no *site*

Analisando as três edições, percebemos que 55% das notícias que saíram nas três primeiras edições do ano repetiram títulos já publicados anteriormente no *site* do jornal. Esse é, aliás, um dado interessante, uma vez que mostra que nesses casos, para a edição em papel, foram apenas feitas ligeiras alterações no corpo do texto, nomeadamente a retirada dos elementos temporais, acabando quase tudo o resto por se manter igual. E, muitas vezes, havendo um espaço temporal considerável entre as duas publicações, como é o caso do exemplo citado.

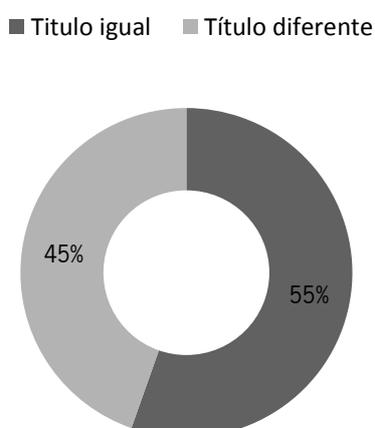


Gráfico 1: Comparação entre notícias com títulos repetidos e títulos diferentes nas três edições analisadas

A partir destes dados, constata-se que, no caso do jornal *O Vilaverdense*, as duas plataformas, *site* e jornal, estão a dar aos leitores os mesmos conteúdos, tratados da mesma forma, a partir do mesmo enquadramento, com o mesmo enfoque e escritos da mesma maneira. O título igual é, desde logo, um sinal de que tudo o resto também será, pelo menos, muito idêntico. O jornal impresso, que neste caso serve quase como repositório do que é publicado *online*, tem ainda a desvantagem de ser pago pelo leitor (0,75€), enquanto o acesso ao *site* é gratuito.

Tendemos, portanto, a concordar com a ideia de que “para se adaptar ao impacto da Internet é necessário que o segmento de jornalismo impresso seja reestruturado sem que necessariamente passe apenas a copiar a linguagem da Internet” (Mattos, 2013, p.38). Ou seja, o papel do impresso, sendo mensal, deve ser outro, assentando sobretudo num trabalho mais de proximidade, junto das pessoas, em que seja possível dar a conhecer o talento do artesão, a jovem que se destaca no *ballet* ou o futebolista que é figura no campeonato amador. Um dos principais objetivos a salvaguardar deve ser que o jornal possa ser lido da mesma forma no dia em que vai para as bancas ou no dia em que é recolhido.

5. O jornalismo local visto por dentro

5.1 Dois casos

O novo panorama em que os média se encontram mergulhados traz consigo uma enorme janela de oportunidade para o crescimento destes órgãos de comunicação, mas simultaneamente encerra desafios, que obrigam a pensar qual deve ser a missão do jornal em papel, num período em que as *breaking news* são “disparadas”, a cada instante, no mundo *online*.

Este é, pois, um contexto em que o jornalismo impresso local parece cada vez mais apontado a tornar-se um espaço de aprofundamento e detalhe, até por estarmos a falar de mensários ou semanários, o que pode ajudar a criar um desfasamento temporal importante relativamente aos chamados “temas quentes”.

A questão de fundo parece estar em perceber se o papel e o *online* devem correr na mesma velocidade ou se, em contraponto, devem assumir funções diferentes, oferecendo conteúdos diversificados, específicos e adaptados à plataforma em que são publicados.

Tendo por base essas ideias, que resultam da observação direta realizada em contexto de estágio curricular e da revisão da literatura, tentou-se perceber, quer junto de diretores, quer junto de jornalistas que trabalhem atualmente em órgãos de comunicação locais, o entendimento que têm daquilo que deve ser o jornalismo impresso local na Era Digital.

Além do jornal *O Vilaverdense*, por ser o principal título da *empresa* em que decorreu o estágio curricular, foi escolhido o semanário *+Guimarães*, por se tratar de um jornal local mas que, em comparação com *O Vilaverdense*, atua num espaço mais abrangente e com outras especificidades, desde logo por estar sediado numa cidade e não numa vila.

Foram realizadas entrevistas aos dois diretores (Carlos Silva – *O Vilaverdense* e Eliseu Sampaio – *+Guimarães*), assim como a dois jornalistas que integram cada um destes órgãos de comunicação: Pedro Antunes Pereira e Fernando Gualtieri, de *O Vilaverdense*, e Sofia Rocha e Diogo Oliveira, do *+Guimarães*.

No primeiro caso, são dois jornalistas com mais de duas décadas de atividade profissional, que passaram já por diversos órgãos de comunicação social locais e nacionais. No segundo, são jornalistas jovens, que estão a viver no *+Guimarães* a primeira verdadeira experiência profissional na área jornalística, embora já tenham estagiado noutros locais.

Optou-se por entrevistas de caráter semidiretivo ou semidirigido, as mais frequentes em investigação social. Neste tipo de entrevista, “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.191).

Fundado em outubro de 2015, o *+Guimarães*, enquanto jornal semanário, surgiu para complementar a revista mensal, com o mesmo nome, criada em maio de 2013. Ao mesmo tempo, a administração da empresa apostou também na criação de um *website* para sustentar a edição impressa do jornal.

Apareceu para suprir uma “lacuna” existente no panorama da comunicação social vimeirana, de acordo com o seu fundador e diretor, Eliseu Sampaio. No Estatuto Editorial do jornal, que surge na página *online*, o *+Guimarães* diz que pretende apostar “numa informação diversificada de âmbito local, abrangendo os mais variados campos de atividade e pretende corresponder às motivações e interesses de um público plural que se quer o mais envolvido possível no projeto editorial”.

Procura, com a sua ação, desenvolver uma atividade de interesse público, “em prol do desenvolvimento da identidade e da cultura local e regional, da promoção do progresso económico, social e cultural de Guimarães”.

Destina-se a abarcar toda a atualidade do concelho de Guimarães, que segundo os últimos Censos, realizados em 2011, tinha 158 124 habitantes. Em contraponto, *O Vilaverdense* insere-se num território diferente – desde logo, porque Vila Verde é vila e não cidade, sendo um concelho mais rural e periférico. À data dos últimos Censos, Vila Verde possuía 47 888 habitantes.

5.2 O olhar de quem dirige

A proximidade é, para os diretores dos jornais *O Vilaverdense* (Carlos Silva) e *+Guimarães* (Eliseu Sampaio), um conceito fundamental, que ambos defendem fazer a diferença no contexto dos órgãos de comunicação social locais, distinguindo-os dos média de maior abrangência, em que não existe um foco tão específico num determinado território.

Para os dois responsáveis, o jornal impresso local continua a ter um papel de grande relevância, sobretudo no sentido de aprofundar os acontecimentos inerentes à comunidade em

que se insere, num tempo em que os *média* locais necessitam também de ter presença *online* para acompanhar os ritmos próprios da Era Digital. A ideia base é de que “o *site* informa com rapidez e o jornal esclarece, tira todas as dúvidas”(Sampaio¹, entrevista em 14/02/2017).

Para o diretor do *+Guimarães*, sem a tal proximidade, seja com os leitores, seja no que respeita aos temas abrangidos, não haverá “um jornalismo que interesse às pessoas”. Isso exige que os *média* locais “estejam atentos a esta realidade e (...) demonstrem às pessoas os acontecimentos locais, próximos, que são mais relevantes para a vida deles do que propriamente as coisas que acontecem do outro lado do mundo” (Sampaio, entrevista em 14/02/2017).

Eu concebo a ideia de jornal local como algo que deve retratar e aprofundar mais os acontecimentos locais, dando-lhes diferentes perspetivas, e também como um género de espaço para memória futura, em que todos os acontecimentos relevantes para uma comunidade devam ser retratados e tratados de forma muito abrangente. (Sampaio, entrevista em 14/02/2017)

Na perspetiva de Carlos Silva, diretor de *O Vilaverdense*, o jornal impresso tem “por missão fazer mais reportagem, jornalismo de investigação e tratar os grandes temas com maior profundidade”, grande parte das vezes depois de uma primeira abordagem feita no *site*. “O *online* é mais imediato, de consumo rápido, instantâneo, onde repercutimos quase tudo que é o pulsar das nossas terras, das nossas gentes, dos intervenientes locais” (Silva², entrevista em 08/02/2017).

Nós temos que refletir aquilo que é o pulsar da nossa terra, das nossas gentes, do espaço territorial que servimos. Só o podemos fazer se estivermos próximos das pessoas e se conseguirmos reportar a sua opinião, os seus desabafos, as suas frustrações, aquilo que no fundo são as suas reivindicações. (Silva, entrevista em 08/02/2017)

O diretor de *O Vilaverdense* sublinha, por isso, a “necessidade e a obrigatoriedade” de haver uma “imprensa local incisiva, forte, crítica”, que aposte em conteúdos diversificados,

¹ Entrevista presencial a Eliseu Sampaio, diretor do jornal *+Guimarães*, anexo 6, p.67-70

² Entrevista presencial a Carlos Silva, diretor do jornal *O Vilaverdense*, anexo 5, p.64-66

plurais e que se assumam como “o espelho das (...) preocupações, dos anseios e das (...) frustrações” dos leitores.

Para Eliseu Sampaio, a forma como os média locais são vistos, muitas vezes como “parente pobre” do próprio jornalismo, resulta do facto de alguns órgãos de comunicação não desempenharem da melhor forma a sua função, “de jornalismo de isenção e credível”, influenciados por “interesses que acabam por prejudicar a imagem do jornalismo” (Sampaio, entrevista em 14/02/2017).

O diretor do *+Guimarães* considera que, ao longo do tempo, “porque alguns jornalistas e outros intervenientes não souberam separar e olhar o jornalismo como algo que deve ser realmente independente, acabou por se denegrir um pouco a imagem do jornalismo e contribuir até para que fosse visto (...) como um instrumento de divulgação de outras coisas que realmente não são as mais dignas do jornalismo”, algo que resulta das “ligações muito próximas entre os jornalistas, os diretores e o meio” (Sampaio, entrevista em 14/02/2017).

O Valter Hugo Mãe escreveu um texto de opinião na primeira edição do jornal em que dizia que o jornalista trabalha e quer fazer o seu trabalho no local em que também quer ser feliz (...) É algo muito difícil (...) Não é fácil para os meios pequenos, para a imprensa local, manter a sua independência. (Sampaio, entrevista em 14/02/2017)

Segundo Carlos Silva, esta proximidade faz com que os jornalistas de meios de informação local estejam “muito mais expostos” do que os profissionais dos órgãos nacionais. Por outro lado, as relações que se estabelecem em meios mais pequenos, nomeadamente com os órgãos de poder político, que se assumem como importantes financiadores em termos de publicidade dos média locais, obriga a uma gestão “com pinças, com cuidado e com algum *savoir-faire*”, porque “(...) devido à proximidade, as pessoas, quando atribuem determinado apoio financeiro ou patrocínio, quase que se querem apropriar do título ou impor determinada orientação” (Silva, entrevista em 08/02/2017).

A este respeito, Eliseu Sampaio assegura que “o *+Guimarães* existirá enquanto conseguir manter-se (...) independente, plural e rigoroso”, sublinhando tratar-se de um “órgão de comunicação novo, com ideias novas, um posicionamento diferente e independente de todo o

poder político”, algo que só conseguem os média “que também têm independência económica” (Sampaio, entrevista em 14/02/2017).

A maioria dos órgãos de comunicação que se colou a algum interesse político ou económico fê-lo por uma questão de sobrevivência, acredito eu. Não é fácil subsistir nos tempos em que correm. Por uma questão de sobrevivência, muitos perderam a sua independência. (Sampaio, entrevista em 14/02/2017)

Tanto no caso do *+Guimarães* como de *O Vilaverdense*, as publicações impressas, no primeiro caso de periodicidade semanal e no segundo mensal, são distribuídas por todo o concelho que abrangem, não se circunscrevendo aos núcleos mais urbanos. A este respeito, Eliseu Sampaio diz que o *+Guimarães* está disponível “em quase todos os espaços públicos do concelho de Guimarães”, o que faz com que tenha leitores sem “a necessidade que eles comprem o jornal” (Sampaio, entrevista em 14/02/2017).

Esta é, aliás, uma ideia interessante, que identifica a existência de “um público que lê muito mas não compra muito”, algo que não parece preocupar sobremaneira o diretor, uma vez que, bem acima das vendas em banca, as principais fontes de financiamento são a publicidade e as receitas provenientes das assinaturas.

5.3 O olhar dos repórteres

Num mundo dominado pelo frenesim informativo, ao jornalismo impresso local compete, na perspetiva do jornalista Fernando Gualtieri, colaborador de *O Vilaverdense*, “encontrar forma de ombrear com o jornalismo digital”, nomeadamente ao “oferecer uma informação mais completa e aprofundada, algo que a sua “concorrente” digital, na vertigem do exclusivo, da última hora ou da atualização, não promove e nem para a qual está vocacionada, a não ser em média digitais especializados” (Gualtieri³, 2017).

O jornalista defende, aliás, que “ambos têm – e terão – uma função complementar: o digital divulgando um acontecimento poucos minutos depois de suceder e o papel cumprido a sua função de o explicar, enriquecendo-o, por exemplo, com novos factos e situando-o no

³ Entrevista por *e-mail* a Fernando Gualtieri, colaborador de *O Vilaverdense*, anexo 10, p.77-79

contexto que a edição em contra-relógio do portal de informação não permite” (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017).

Ao jornalismo impresso local caberá, pois, o papel de ser “próximo das pessoas”, apostando em narrativas que vão ao encontro das suas vidas e dos seus problemas, como sublinha o jornalista de *O Vilaverdense* Pedro Antunes Pereira. “Cada vez mais faz sentido que o jornalismo seja próximo das pessoas, que haja jornais muito locais e não tão abrangentes a nível global” (Pereira⁴, 2017), nomeadamente nos meios mais rurais, onde “o jornalismo impresso ainda continua a ter alguma relevância, alguma força, até porque as pessoas também têm menos acesso a essa vertente digital” (Pereira, entrevista em 07/03/2017).

Para Sofia Rocha, do *+Guimarães*, o facto de o jornal focar sobretudo aquilo que acontece em Guimarães, conhecer “o vereador da câmara, o senhor do café do lado, a senhora da pastelaria” (Rocha⁵, entrevista em 14/02/2017), dá-lhe vantagem na ligação afetiva que cria com o leitor, estabelecendo uma proximidade que a jornalista considera advir também do facto de o jornal possuir uma edição física e não se desenvolver apenas no mundo *online*.

Ora, proximidade assume-se como um conceito-chave quando nos referimos a este tipo de jornalismo, mais circunscrito a uma determinada comunidade. Essa ligação pode, porém, originar o surgimento de uma proximidade prejudicial, que de alguma maneira iniba o jornalista de cumprir o seu papel com o distanciamento e a objetividade necessários.

O jornalismo praticado nos meios de comunicação local e regional encerra, para os profissionais que trabalham nestes média, algumas questões que importa aprofundar, nomeadamente no que respeita à proximidade que se estabelece com as fontes, com o poder político e com os financiadores.

Na perspetiva de Fernando Gualtieri, “não há jornalista de qualquer média local/regional que não sinta, pelo menos uma vez, que a proximidade com a fonte ou com o protagonista está a ser um entrave à sua obrigação de imparcialidade, em obediência ao Código Ético e Deontológico, e a condicionar a matéria em que está a trabalhar” (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017).

O jornalista, que exerce a profissão há perto de três décadas, tendo passado por diversos órgãos de comunicação locais e regionais, realça que “quando existe uma relação de

⁴ Entrevista presencial a Pedro Antunes Pereira, jornalista de *O Vilaverdense*, anexo 9, p.75-76

⁵ Entrevista presencial a Sofia Rocha, jornalista do *+Guimarães*, anexo 8, p.73-74

amizade com o protagonista, a situação agrava-se e, em alguns casos, torna-se inoportável”, pelo que “só um rigoroso respeito pela ética e deontologia, aliada à experiência, ajuda o jornalista a ultrapassar essa barreira inconsciente” da autocensura (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017)

Do mesmo modo, Sofia Rocha admite que “há um cuidado acrescido”, por parte dos jornalistas, ao abordar as matérias, porque os intervenientes são, em quase todas as situações, pessoas com quem o jornal lida com bastante frequência. “(...) não estás a falar de alguém que nunca viste na vida. Estamos a falar de pessoas que conhecemos (...) e isso tem impacto na altura de escrever as notícias e de trazer as coisas à tona” (Rocha, entrevista em 14/02/2017).

Também reconhecendo que a proximidade com as fontes e com os protagonistas pode ser um problema, Pedro Antunes Pereira coloca o ónus da questão na própria fonte, que pode sentir “alguma proteção” devido às relações que possa já ter estabelecido com o jornalista. Para Gualtieri, no entanto, “mais que a autocensura, o grave problema que o jornalismo atravessa nos dias de hoje é a censura, quase sempre disfarçada, imposta pelos grupos económicos proprietários/acionistas dos média”.

As redações dos *media* locais têm sentido também, nos últimos anos, um aumento das horas de trabalho jornalístico feito à secretária, o que pode advir, em parte, da “ânsia”, por parte de quem dirige o jornal, “da atualização imediata com tudo o que é possível e imaginário” (Pereira, entrevista em 07/03/2017).

Como é fácil ter acesso aos *mails* e aos telefones, o jornalista resolve o assunto na secretária. Mas também cada vez mais me convenço de que o que tem mais impacto público é aquilo que não é feito na secretária (...) Quando tens uma boa história, quando tens uma boa reportagem (...) isso tem um impacto no público enorme. Muito superior à “trica” feita na secretária e na conjugação de *mails*. (Pereira, entrevista em 07/03/2017)

Diogo Oliveira assegura que os jornalistas ficam “um pouco de mãos atadas” (Oliveira⁶, 2017) e sem possibilidade de produzir trabalhos de investigação aprofundados pelo facto de terem à sua responsabilidade a elaboração de “sete ou oito páginas” do jornal impresso, tendo ainda que trabalhar noutras plataformas. As limitações no que respeita ao tempo são, aliás, um

⁶ Entrevista presencial a Diogo Oliveira, jornalista do *+Guimarães*, anexo 7, p.71-72

dos principais constrangimentos que os jornalistas entrevistados destacam, embora Sofia Rocha frise que, “felizmente”, o *+Guimarães* continua a permitir-lhe ir para o terreno em busca de histórias atrativas.

Gosto de ser eu a falar com as pessoas e a perceber o que se passou (...) é isso que me dá mais prazer e mais motivação (...) Não gosto de estar confinada a quatro paredes. Mas também acontece que muitas vezes ficamos aqui sentados... Sobretudo nos dias antes do fecho de jornal, “caem” muitas coisas de agenda (...). (Rocha, entrevista em 14/02/2017)

A propósito, Gualtieri acrescenta que além do “jornalismo de secretária”, também o “jornalismo pé-de-microfone” invadiu as práticas dos órgãos de comunicação locais e regionais, embora defenda que isso “não é tanto da responsabilidade do profissional, como à primeira vista pode parecer” (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017).

As causas são várias, mas é fácil identificar a principal: falta de meios humanos (...) A reportagem e a investigação, além de serem caras, obrigam a que um ou dois jornalistas deixem de ser destacados para a agenda diária. Existe ainda outra razão bem mais complexa: a dependência de muitos órgãos de comunicação das autarquias e/ou de grupos empresariais locais. Isto já para não falar da política de não confronto seguida por muitos outros. (Gualtieri, 2007)

Pedro Antunes Pereira, que integra o projecto editorial do jornal *O Vilaverdense* desde 2010, depois de já ter passado por outros órgãos de informação locais e nacionais, como o *Jornal de Notícias*, realça que no contexto dos média locais torna-se, por vezes, complicado perceber o que é ou não notícia, precisamente pelo facto de os responsáveis editoriais pretenderem ter os *sítes* atualizados em permanência.

Se quisermos fazer um jornalismo com alguma qualidade, não se torna complicado. Agora, se quisermos ter 10 ou 15 notícias por dia num *síte*, tudo é notícia (...) Quando existe essa ânsia de atualizar o *síte* a todo o momento (...) chegas a uma altura em que o próprio jornalista já nem sabe muito bem o que é ou não notícia (...) Acho que é preferível apostar em três ou quatro

histórias do que andar a publicar de tudo e mais alguma coisa. (Pereira, entrevista em 07/03/2017)

Na mesma linha, Fernando Gualtieri entende que o jornalismo local, “pela sua proximidade com o público a que se dirige, acaba por se desgastar com o “cão que mordeu o homem” em vez de empenhar os seus meios no “homem que mordeu cão”. O jornalista local acaba por sentir “pressionado” com o caso do gato de vizinho e a contragosto lá publica uma breve com uma história que não passa de uma quase não-notícia” (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017). Esta não é, porém, a visão dos jornalistas do *+Guimarães* Sofia Rocha e Diogo Oliveira – “notícia é notícia” (Oliveira, entrevista em 14/02/2017).

Os tempos atuais exigem também aos jornalistas que sejam multifacetados e que desempenhem mais do que uma função. No caso de *O Vilaverdense* e do *+Guimarães*, não existem repórteres fotográficos, pelo que os jornalistas têm, no mínimo, de desenvolver competências na parte da fotografia, devido à escassez de recursos humanos. A experiência profissional dos quatro jornalistas inquiridos leva-os a considerar que o facto de desempenharem mais do que uma função acaba por retirar qualidade ao trabalho realizado. Para Pedro Antunes Pereira, “(...) quando se misturam as duas coisas, a qualidade não é definitivamente a melhor. É a possível, mas não a melhor” (Pereira, entrevista em 07/03/2017).

Segundo Gualtieri, “cobrir, por exemplo, uma manifestação como jornalista e repórter fotográfico simultaneamente pode representar uma boa poupança para a empresa, mas seguramente não para a qualidade do trabalho” (Gualtieri, entrevista em 01/04/2017).

Conclusão

Aos jornalistas, os tempos atuais exigem rapidez, quer de raciocínio, quer de execução, a que acrescem atributos de polivalência, criatividade e perseverança para conseguirem adaptar-se aos contextos próprios da Era Digital. Afinal, estamos num tempo em que o jornalista dispara primeiro e pergunta depois (Fidalgo, 2014), em que a “última hora” é uma expressão cada vez mais utilizada e a concorrência aperta.

A prática jornalística parece assentar cada vez mais numa ótica de quantidade, secundarizando a qualidade, mesmo nos órgãos de comunicação locais, o que faz crescer a “informação orientada para as audiências” (Neveu, 2003, p.118) e emergir o jornalista polivalente, o profissional que se desdobra em múltiplas atividades e tarefas, embora limitado “para procurar novas histórias, aprofundar as suas investigações e sair em reportagem” (Ferreira, 2016, p.10).

O facto de um jornal local ter 55% de notícias, nas três primeiras edições impressas de 2016, com o mesmo título daquele que fora publicado no seu *site* é sintomático disso mesmo e mostra a aposta na disponibilização dos conteúdos *online*, quase uma inevitabilidade tendo em conta os elevados fluxos informativos, o facto de as notícias serem cada vez de consumo instantâneo e a edição impressa sair apenas uma vez por mês.

A existência de poucos recursos humanos e a acumulação de funções em apenas um jornalista contribuem decisivamente para que as viagens até ao fundo das várias ruas de um território sejam cada vez menos frequentes... mesmo no jornalismo de proximidade, que tem diversas especificidades e onde o jornalista se encontra muito mais exposto perante os protagonistas.

A alteração deste estado de coisas poderá passar, porventura, por uma reflexão que leve à redefinição, por parte das empresas de comunicação locais, daquilo que pretendem ser, num tempo dominado pelo digital e por todas as potencialidades trazidas pela Internet, mas em que parece sempre faltar tempo disponível para explorar “as linguagens dos novos meios” (Jerónimo, 2013, p.4).

Este é um período em que os média locais precisam de definição, sendo capazes de perceber se terão mais a ganhar em apostar declaradamente no *online* ou se, ao invés, deverão cerrar fileiras em torno da defesa de um jornal em papel que poderá tornar-se cada vez mais um

espaço de aprofundamento, reflexão e memória futura, “revestindo-se de profundidade no ato de informar” (Mendez, 2002, p.105), o que exige capacidade para fazer diferente e oferecer conteúdos adaptados aos meios existentes, quer *online*, quer o jornal em papel.

Ora, isso é algo que só se conseguirá depois de estabelecer com toda a comunidade envolvente, os leitores, os financiadores e os restantes organismos, uma posição de confiança, de credibilidade e respeito, que permita ao jornal afirmar-se e ser reconhecido. Requer, por isso, um trabalho de grande proximidade, o tal conceito-chave, que não pode deslizar para promiscuidade.

Parece, pois, inegável que a estreita proximidade que se estabelece entre os profissionais que integram os meios de comunicação locais, as fontes e os restantes protagonistas encerra alguns constrangimentos à prática jornalística, acentuados por um contexto de grande facilidade de comunicação – a que ajuda um contacto pessoal muito frequente – e pelo facto de as fontes serem cada vez mais conhecedoras da forma como os jornalistas atuam.

Apesar de a proximidade ser um fator imprescindível para o jornalismo local, por só assim ser possível perceber os temas que importa retratar para refletir os assuntos que “agitam” aquela comunidade em que o jornal se insere, é exigido que o jornalista saiba manter o distanciamento necessário. Essa é, aliás, uma condição de base para que o trabalho seja feito de acordo com as normas éticas e deontológicas da profissão.

Por um lado, para que o profissional não se deixe “entrincheirar” (Coelho, 2005, p.122) à volta de determinada causa, não perdendo a objetividade necessária para informar sem cair na tentação de tirar conclusões ou tomar posição, o que se torna mais perigoso quando falamos da mesma comunidade em que o jornalista estabelece as suas relações pessoais – ou onde exerce o seu direito de voto, o que é mais relevante do que por vezes pode parecer.

Por outro, para que as relações que estabelece com as fontes não o inibam, de alguma forma, de ser rigoroso na hora de escrever uma notícia, embora esteja muito mais exposto, muito mais pressionável. Isto é, o facto de contactar diariamente com determinado protagonista não pode condicionar o jornalista na hora de cumprir a sua missão de informar, até porque o seu trabalho é normalmente respeitado quando feito com rigor, sentido de responsabilidade e verdade.

Portanto, “só um rigoroso respeito pela ética e deontologia, aliado à experiência” (Gualtieri, entrevista) faz com o jornalista seja capaz de contrariar essa tendência da autocensura e manter a objetividade, o que por vezes “torna-se inoportuno” (Gualtieri, entrevista) quando existe uma relação de amizade com o protagonista, que pode fazer o jornalista perder o distanciamento e a objetividade.

Ao “trabalho de malabarista” (Carvalho, 1996, p.5) dos jornalistas junta-se o “jogo de cintura” que cabe aos administradores das empresas, embora neste campo o problema pareça ser ainda mais complexo. As dificuldades económico-financeiras sentidas pelos órgãos de comunicação social locais constituem, por um lado, um terreno movediço para quem trabalha em cima dele e, por outro, uma oportunidade para que terceiros se intrometam na orientação do trabalho jornalístico.

Num contexto em que há “a necessidade e a obrigatoriedade” (Silva, entrevista) de ter uma imprensa local atenta, vigilante e crítica, a independência económica é condição *sine qua non* para que haja independência editorial e um trabalho jornalístico equilibrado, rigoroso e cumpridor dos seus princípios básicos.

Bibliografia

Amadei, R. (2007). A sobrevivência do jornal impresso diante de novos meios informacionais: padrões textuais e concepções discursivas da Tribuna de Minas. Juiz de Fora

Amaral, I. (2005). A interactividade na esfera do Ciberjornalismo. Comunicação apresentada no IV SOPCOM – Repensar os Média: Novos Contextos da Comunicação e da Informação. Universidade de Aveiro

Amaral, V. (2006). *Temas e Fontes na Imprensa Regional da Cidade da Guarda*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://hdl.handle.net/1822/6923>

Andrade, R. (2014). *Globalização e jornalismo local: estudo de caso do Porto24*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://hdl.handle.net/1822/34306>

Barroso, P. (2003). Desafios e constrangimentos do jornalismo local no desenvolvimento das dinâmicas sociais. In R.L. Lita; F.F. Beltrán & F.V. Moreno (Eds.), *Radio y Televisión en el ámbito local* (pp. 311-322). Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I

Bianco, N. (S/D). *Noticiabilidade no rádio em tempos de Internet*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-noticiabilidade-radio-tempos-Internet.pdf>

Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva

Carvalho, J. (1996). *Os media e os poderes locais*. Acedido em <http://bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Média-poder.html>

Carvalho, J. (2013). *A imprensa regional e local: estudo de caso do jornal O Ribatejo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Portugal. Acedido em <http://hdl.handle.net/10400.21/3221>

Chaparro, C. (2001). *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva

Chaparro, C. (2005). *Internet é aliada, não inimiga*. Acedido em <http://www.wooz.org.br/Internetaliada.htm>

Coelho, P. (2005). *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*. Lisboa: Livros Horizontes

Daltoé, A. (2003). *A notícia e sua passagem pelos diferentes meios*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/daltoa-andrelise-noticia-passagem-pelos-diferentes-meios.pdf>

Duarte, A. (2010). *Jornalismo de Proximidade. O papel informativo da Imprensa Local*. Acedido em <https://localmediapt.files.wordpress.com/2010/11/duarte2010-jornalismo-proximidade.pdf>

Edo, C. (2003). *Los nuevos medios on line todavía no existen*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/edo-concha-nuevos-mediosno-existen.pdf>

Estatuto da Imprensa Regional, Decreto-Lei nº 106/88, de 14 de março, República Portuguesa

Ferreira, S. (2016). *O impacto da Internet no Jornalismo: mudanças nas rotinas jornalísticas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Acedido em <http://hdl.handle.net/10316/31610>

Fidalgo, J. (2002, outubro). *O meio jornalístico no Portugal de hoje: evoluções recentes e dilemas persistentes*. Comunicação apresentada no I Congresso Lugo-Galego de Estudos Jornalísticos, Santiago de Compostela

Fidalgo, J. (2014) *Joaquim Fidalgo: "Hoje em dia dispara-se primeiro e pergunta-se depois"*. Acedido em <https://ricardoreiscosta.wordpress.com/2017/10/16/joaquim-fidalgo-hoje-em-dia-dispara-se-primeiro-e-pergunta-se-depois/>

Gradim, A. (2002). *Os géneros e a convergência: o jornalista multimédia do século XXI*. Acedido em <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>

Jawsnicker, C. (2008, março). O futuro dos jornais: reflexões a partir da reconfiguração da esfera pública na contemporaneidade. *Revista Comunicologia*, 3

Jerónimo, P. (2013). *Ciberjornalismo de proximidade: a construção de notícias online na imprensa regional em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Acedido em https://sigarra.up.pt/fcnaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28644

Lusa (2017, 11 de janeiro). Imprensa regional "sempre esteve em crise", diz investigador Pedro Jerónimo. *Público*. Acedido em <https://www.publico.pt/2017/01/11/sociedade/noticia/imprensa-regional-sempre-esteve-em- crise-diz-investigador-pedro-jeronimo-1757854>

Mattos, S. (2013). A revolução digital e os desafios da comunicação. Cruz das Almas-Bahia: Editora UFRB

Mendez, R. (2002). Jornalismo como processo histórico, *Revista Idade Mídia, 1*

Moretzsohn, S. (2014). *O "novo ritmo da redação" de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia*. Morumbi: FIAM-FAAM.

Neveu, É. (2003). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora

Pinheiro, M. (2014). *Os dispositivos móveis nas mãos dos jornalistas: como smartphones e tablets influenciam o modo de fazer jornalismo*. Acedido em <http://www.ufjf.br/facom/files/2014/03/TCC-MATHEUS-PINHEIRO.pdf>

Pinto, M. (1999). O jornalismo como campo social e como domínio de formação, *Comunicação e Sociedade I*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, 12: 75-79

Pinto, M. (2000). Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo, *Comunicação e Sociedade II*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, 14: 277-294

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Colecção Trajectos, Grávida

Ribeiro, J. (2005). *Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba*. Acedido em <http://bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>

Ribeiro, L. (2008). O poder dos meios – Análise das condições de produção jornalística em dois diários regionais. In M. Martins & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 450-464). Braga: CECS

Savenhago, I. (2012). *Jornalismo Regional: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa*. Jundiaí: Paco Editorial

Soares, F. (2012). *“Jornalismo de Secretária”: Reproduzir as Notícias dos Outros – O Caso dos Média Internacionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://hdl.handle.net/1822/23247>

Sousa, J. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-george-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

Sousa, J. (2002). *Comunicação regional e local na Europa Ocidental. Situação geral e os casos português e galego*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-george-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>

Teixeira, A. (2011). *Estudo Comparativo entre a Imprensa Escrita Regional e a Imprensa Online Regional*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega

Mixões da Serra sem missa desde Dezembro

- Situação deixa a população descontente e preocupada



No Santuário de Santo António de Mixões da Serra, no alto da Freguesia de Valdreu, num dos extremos do Concelho de Vila Verde, impera o silêncio. As portas estão fechadas, a igreja parece não ser utilizada há algum tempo e o edital, colocado à entrada, tem um dos espaços vazio. Não há informações, nem anúncios de missas, ao contrário do que é habitual.

Desde o início de Dezembro, altura em que o padre Antó-

nio Marques, responsável por Mixões da Serra, Valdreu e São Martinho de Valbom, foi impedido de cumprir as suas funções sacerdotais, por motivo de doença, que não é celebrada eucaristia no Santuário. Em Valdreu e em Valbom, o sacerdote Joaquim Costa, de Fiscal, Amares, celebra uma vez por semana, aos Sábados, nas igrejas do Divino Salvador e de São Martinho. Em Mixões, não.

«Claro que estamos des-

contentes, porque todos nós trabalhamos para erguer este Santuário. A população daqui é pouca, mas vinha cá muita gente de fora, principalmente para a missa das 11h00 aos Domingos. Aproveitavam, vinham passear e iam à missa», diz uma popular, residente em Mixões da Serra, ouvida pelo jornal *“O Vilaverdense”*.

Aliás, o descontentamento da população é inegável e percebe-se em cada contacto. A crescer,

a preocupação pelo facto de a tradicional Bênção dos Animais, sempre realizada por ocasião do Santo António, em Junho, «estar a ser prejudicada», como sublinha Jerónimo Costa, de 49 anos, que não se lembra de passar tanto tempo sem que fosse celebrada eucaristia naquele local.

«Este é um Santuário que tem muito turismo, é muito conhecido e é uma vergonha estar assim. Costumava vir cá muita gente de Ponte da Barca, por exemplo. Agora não sei como vai ser a Bênção dos Animais. Isto tem prejudicado muito, porque sem a missa ao Domingo e sem as esmolas a festa leva um tombo», sustenta.

Para Jerónimo, a solução mais simples seria a substituição do pároco. Essa é, aliás, uma ideia partilhada por outros naturais de Mixões, que desejam, o quanto antes, resolver o problema. «Se o padre António não está em condições, tem que dar o lugar a outro. Têm que arranjar um sacerdote para que este Santuário não fique sem missa», vinca.

Ricardo Costa
ovilaverdense@gmail.com

Moradores de habitações sociais na Rua de Coimbra queixam-se das «péssimas condições»

• Câmara espera bom tempo para avançar com obras de «recuperação total»

Andreia Costa
ovilaverdense@gmail.com



«O processo de recuperação total das habitações vai avançar em breve e, só ainda não avançou devido à entrada do Inverno. Logo que as condições climáticas estabilizem, vamos avançar». Foi assim que o Presidente da Câmara de Vila Verde reagiu às queixas que surgiram nas últimas semanas ao jornal “O Vilaverdense” a propósito das

(más) condições de, pelo menos, duas habitações sociais do aglomerado habitacional camarário da Rua de “Coimbra”, em Barbudo. António Vilela afirma que «foram feitas algumas pequenas intervenções, mas já havíamos definido que avançaremos com uma recuperação total, mal o tempo melhore». Na Rua de Coimbra, em

Barbudo, o que mais salta à vista é a degradação e a falta de condições das casas. Num bairro com 6 habitações sociais camarárias, os moradores queixam-se das fracas condições em que vivem. Em dias de chuva intensa chega mesmo a chover dentro das habitações. Para além da degradação, dos problemas de humidade, há

ainda a ausência de equipamentos básicos interiores e exteriores. Há buracos no soalho, fendas que fazem temer derrocadas e rebocos de tectos a cair aos pedaços.

CASOS

Desde 1990 que Manuel Jacinto Pereira reside numa das casas camarárias. Garante já ter comunicado à Câmara Municipal o pro-

blema, no entanto, ainda nada foi feito. Manuel recebe cerca de 400 euros por mês. Para além dos gastos com a luz, água e alimentação, paga 104 euros de renda. Em 2010, pagava apenas 34 euros, no entanto, nos últimos 5 anos a renda aumentou em cerca de 60 euros.

Olivia Mota também é moradora na Rua de Coimbra. Desde 1995 que se mudou para uma das casas camarárias, juntamente com os filhos e o marido. A humidade é visível em todas as divisões da casa e o chão, em madeira, já se começa a desfazer. Para contornar alguns dos perigos, Olivia desliga alguns circuitos eléctricos nalgumas áreas da casa e não utiliza outras. «O telhado está uma miséria e, por isso, chove em

todo o lado. Já não sabemos o que fazer. Já fiz queixa e a Câmara está a par da situação, no entanto, estamos à espera que resolvam a situação há mais de 2 anos», assegurou.

Câmara promete uma «recuperação total»

A Câmara afirma estar a par do que se passa. «Temos os casos identificados, estamos a acompanhar e vamos avançar para uma recuperação total daquela zona habitacional», revelou, António Vilela, em declarações ao jornal “O Vilaverdense”. O autarca assume que «só a entrada do Inverno e a instabilidade climática é que impediram que já tivéssemos iniciado as obras. Estamos atentos e a acompanhar!».

Sociparque pode continuar a passar multas no estacionamento de Vila Verde

Ricardo Costa
ovilaverdense@gmail.com

• Tribunal recusou providência cautelar interposta pela Câmara



A "Sociparque – Gestão de Parques de Estacionamento, S.A." está autorizada a continuar a colocar "avisos de incumprimento" no estacionamento de duração limitada em Vila Verde, depois de o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga ter julgado improcedente a providência cautelar interposta pelo Município. O Presidente da autarquia, António Vilela, já confirmou que vai recorrer. «O que importa saber, de uma vez por todas, é se a acção da Sociparque é, ou não, legal», explicou.

A Câmara pretendia que a empresa fosse intimada a abster-se de colocar quaisquer "avisos de incumprimento" ou notificações de idêntico teor nos veículos potencialmente infratores do Regulamento

Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Vila Verde, assim como de realizar actividades de fiscalização e de fazer os seus funcionários usar fardas que os conotasse com elementos "fiscalizadores".

No documento a que "O Vilaverdense" teve acesso, o Tribunal considera que a pretensão da Câmara não está suportada numa ilegalidade patente e indiscutível da actuação administrativa, além de entender que o Município não apresenta argumentos ou fundamentos decisivos sobre a evidência das invalidades que imputa à Sociparque. Segundo a juíza, também não carreu para os autos factualidade concreta que mostre que a actuação da empresa lesa a imagem de autoridade da autarquia ou que lhe causa

"prejuízo de difícil reparação".

Na sua argumentação, a Câmara defendia que o comportamento da empresa viola as normas do direito administrativo que atribuem competência às Câmaras Municipais no âmbito da fiscalização de veículos automóveis à superfície, assim como os princípios da boa-fé e o Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Vila Verde.

Em contraponto, a Sociparque sustentou que, no âmbito da sua actividade, apenas procede a «meras acções de vigilância», procurando identificar utentes infratores e interpelá-los para que procedam ao pagamento que lhes é exigível em função da ocupação dos lugares de estacionamento. Considera, por isso, não estar a usurpar qual-

quer funções de natureza pública da autarquia e não constituir uma ameaça ao poder de autoridade do Município.

Valor das multas depende de quem as passar

Estacionar na zona de parquímetros sem obter o respectivo "ticket" pode ter consequências monetárias bem distintas, dependendo de quem passar as multas: no automóvel, pode surgir um "aviso de incumprimento" de 6,80€ rubricado pelos funcionários da Sociparque ou uma contra-ordenação, no mínimo de 30€ e que pode ascender aos 150€, da Câmara. Pode até acontecer haver multas emitidas por ambas as entidades.

José Ferreira



«Não acho nada bem esta situação. Às vezes as pessoas estacionam por pouco tempo, apenas para ir buscar pão, e quando voltam já têm uma multa. Pagam mais pelo estacionamento do que pelo que vão buscar. Além disso, os parquímetros fazem com que os clientes fujam do centro da vila».

Edna Fernandes



«O Tribunal é soberano e se deu razão à empresa, só temos de aceitar, apesar de sabermos a justiça que se faz neste país. Enquanto condutora, temos de acatar estas decisões, mas claro que não estou de acordo com elas. É o que se passa neste país... Isto, nos últimos quatro anos, tem sido o caos».

Doze corajosos mergulharam de cabeça no novo ano

• Mergulho no Cávado pretende tornar-se tradição na Vila de Prado

Ricardo Costa
ovilaverdense@gmail.com



Uma dúzia de corajosos, com idades compreendidas entre os 14 e os 67 anos, enfrentou a chuva e o frio da água da Praia do Fluvial do Faial, na Vila de Prado, para “entrar de cabeça” no novo ano através do Mergulho do Cávado. A iniciativa, que tem no pradense António Silva (“Mouzinho”) o principal dinamizador, surgiu «por brincadeira» no ano passado e nasceu, agora, de forma oficial, procurando transformar-se numa nova tradição.

«Durante todo o ano, mesmo de Inverno, costume vir para cá nadar. Faço sensivelmente mil metros por dia.

Entretanto, falei com uns amigos e no ano passado juntámos meia-dúzia para mergulhar. Agora queremos aumentar isto para dar mais realce a esta zona e a esta praia fluvial, que é muito linda», explica “Mouzinho”, convicto de que no próximo ano, se as condições meteorológicas ajudarem, será possível juntar mais pessoas.

Por entre os primeiros banhistas do ano na Praia Fluvial do Faial estavam Manuel Craveiro e Helena Fernandes, dois bracarenses que integraram um pequeno grupo de amigos que, depois de ter realizado o percurso entre Braga e a Vila de Prado

a correr, experimentou mergulhar nas águas do Cávado.

«Foi uma experiência nova para mim, nunca pensei que fosse mergulhar. Vinha só para ver, mas não resisti ao desafio. E realmente foi engraçado. Foi muito giro, a sério. Não estava assim tanto frio como isso e afinal sou capaz de dar um bom mergulho no Inverno. Sem dúvida que é para repetir», realçou Helena Fernandes, a única mulher participante, satisfeita por ter «superado o desafio» e por ter as instalações do Clube Náutico de Prado à disposição para um banho quente.

Manuel Craveiro sublinha

a ideia de que a participação no Mergulho no Cávado é para repetir, depois de uma primeira experiência bem-sucedida, que não «foi difícil». Esperava, contudo, mais participantes. «Fiquei um bocadinho desiludido por ver tão pouca gente, embora o tempo não tenha ajudado. Espero que doravante haja mais gente a participar neste tipo de actividades. No meu caso, será, com certeza, para manter. Já está marcado», venceu.

O Mergulho no Cávado é uma actividade aberta a toda a população, que surgiu da vontade de um grupo de pradenses de criar uma nova tradição, que cumpre um duplo propósito. Além de procurar estimular o convívio e a confraternização entre os participantes, visa também refrescar e alertar consciências para a necessidade de preservar os recursos naturais da Vila de Prado, em especial da Praia Fluvial do Faial. O encontro já ficou marcado para o dia 1 de Janeiro de 2017.



Paulo Pedrosa

«A água estava fresquinha. Participei pela primeira vez nesta iniciativa e foi agradável. Para o ano há mais. É uma boa iniciativa, a que quero continuar a vir. Vamos tentar dar continuidade e fazer com que se crie uma nova tradição e que haja um encontro de pessoas para começar bem o ano, que é o que todos pretendem».



Nuno Araújo

«É uma experiência agradável. Já participei no ano passado. Este ano, foi mais divulgado, para trazer mais pessoas, mas o tempo não ajudou. Esperava ter mais gente, mas mais vale poucos e bons... Para o ano, é para repetir. O “Facebook” vai ajudar a divulgar».



Adolfo Araújo

«Acho que há condições para termos aqui uma nova tradição, até porque está um pouco na moda esta maneira de puxar as pessoas para o exterior. Tudo o que vá no sentido de tirar as pessoas do conforto de casa e criar um convívio é saudável. Esta actividade é uma brincadeira entre as pessoas, em que nos juntámos rapidamente».

ANEXO 5 –Biblioteca e Centro de Dinamização Artesanal deram a conhecer os seus espaços e serviços aos alunos de primeiro ciclo (*O Vilaverdense online*, publicada a 02/12/2015)

Biblioteca Municipal e Centro de Dinamização Artesanal deram a conhecer os seus espaços aos alunos do 1º ciclo do Concelho



A Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela de Vila Verde e o Centro de Dinamização Artesanal - Espaço Namorar Portugal - promoveram, junto de todos os alunos das escolas do 1º ciclo do Concelho de Vila Verde, uma acção de divulgação e informação onde deram a conhecer os seus

espaços e os seus serviços.

No âmbito desta acção, a Biblioteca Municipal preparou uma acção de informação intitulada "História do Livro". Com esta actividade foi apresentada às crianças a história do livro e da escrita, destacando os vários métodos e suportes de escrita através dos milénios, vários tipos de bibliotecas e o sistema de escrita e leitura Braille. Desta forma, os alunos foram convidados a interagir com materiais que exemplificam o processo evolutivo da leitura e escrita ao longo dos tempos.

Segundo os responsáveis da Biblioteca Municipal «esta iniciativa teve muito sucesso juntos das crianças. Elas sentiram muita curiosidade quando tiveram contacto com os elementos expostos. Expressões como "Isto parece mágico", quando lhes foi feita uma demonstração do processo da imprensa de Gutenberg; ou "Nunca vi tantos pontinhos...". "Isto faz cócegas" quando encontraram um livro em Braille, "Parece um leão", "Um monstro", "Um aranhão" perante um edifício de uma biblioteca americana; ou uma gargalhada sincera e de espanto quando viram imagens de "Biblioburros"».

(...)

ANEXO 6 – Biblioteca e Centro de Dinamização Artesanal deram a conhecer os seus espaços e serviços aos alunos de primeiro ciclo (*O Vilaverdense*, fevereiro de 2016)

Biblioteca e Centro de Dinamização Artesanal deram a conhecer os seus espaços e serviços aos alunos do primeiro ciclo



A Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela de Vila Verde e o Centro de Dinamização Artesanal Espaço Namorar Portugal promoveram, junto de todos os alunos das escolas do primeiro ciclo do Concelho de

Vila Verde, uma ação de divulgação e informação onde deram a conhecer os seus espaços e os seus serviços.

No âmbito desta ação, a Biblioteca Municipal preparou uma ação de informação intitulada "História do

Livro". Com esta actividade foi apresentado às crianças a história do livro e da escrita, destacando os vários métodos e suportes de escrita através dos milénios, vários tipos de bibliotecas e o sistema de escrita e leitura

em Braille. Desta forma, os alunos foram convidados a interagir com materiais que exemplificam o processo evolutivo da leitura e escrita ao longo dos tempos.

Segundo os responsáveis da Biblioteca Municipal «esta

iniciativa teve muito sucesso junto das crianças, pois elas sentiram muita curiosidade quando tomaram contacto com os elementos expostos. Expressões como "Isto parece mágico", quando lhes foi feita uma demonstração do processo da imprensa de Gutenberg ou "Nunca vi tantos pontinhos..." "Isto faz cócegas" quando encontraram um livro em Braille, "Parece um leão", "Um monstro", "Um aranhão" perante um edifício de uma biblioteca americana ou numa gargalhada sincera e de espanto quando viram imagens de "Biblioburros".

Por seu turno, os professores revelaram agrado com a actividade, pois esta foi de encontro a alguma matéria que é ministrada em contexto de sala de aula». A Vereadora da Educação, Cultura e Acção Social, Júlia Fernandes, referiu que «numa primeira fase trouxemos as crianças dos Jardins de Infância à Biblioteca para lhes despertar o interesse pelos

livros e pela leitura. Agora, chegou a vez dos alunos do primeiro ciclo, onde o objectivo foi proporcionar-lhes experiências profundamente positivas de contacto com os livros e a escrita. Estas visitas têm-se revelado muito positivas e construtivas, pois os vários agentes envolvidos no processo educativo ficaram, também, a conhecer directamente os vários serviços que a Biblioteca Municipal pode disponibilizar».

«Além disso, aproveitamos ainda a visita para dar a conhecer a estes grupos de crianças e seus professores e professoras o Centro de Dinamização Artesanal – Aliança Artesanal e o Espaço Namorar Portugal, privilegiando o contacto directo com as nossas tradições, o nosso artesanato, em especial os Lenços de Namorados e os vários produtos que se inspiram nos motivos destas verdadeiras obras de arte que são escritas de amor», acrescentou a Vereadora Júlia Fernandes.

ANEXO 5 – Entrevista ao diretor do jornal *O Vilaverdense*, Carlos Silva, realizada presencialmente no dia 8 de fevereiro de 2017

1- A imprensa local/regional continua a ser, como diz o Estatuto da Imprensa Regional, “o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível”?

Continua claramente a ser. A imprensa local e regional está muito mais próxima da notícia, dos factos, das fontes e acaba por naturalmente ter um impacto muito positivo e suprir as lacunas daquilo que, por norma, a imprensa nacional não reflete. Há a necessidade e a obrigatoriedade de termos uma imprensa local incisiva, forte, crítica.

2- É possível ter populações informadas sem jornalismo de proximidade?

Eu julgo que não. Se repararmos, os jornais, as rádios e as televisões nacionais limitam-se, até por uma questão de gestão de conteúdos, a reportar os grandes temas nacionais e só surgem nos espaços locais quando de facto existe uma tragédia, uma polémica ou algo de muito palpável que possa ter repercussão em termos de audiências. A imprensa local acaba por ter uma importância redobrada, quer pela sua proximidade, quer pela atualidade.

3- O jornalismo local/regional continua a ser visto como o “parente pobre”?

Continua, sim. Mas há um facto indesmentível e incontornável: cada vez mais a imprensa nacional “bebe” daquilo que é o trabalho da imprensa local. Muitas vezes brilham [órgãos de imprensa nacional] por conta daquilo que é um trabalho de pesquisa, junto das fontes, de proximidade, feito pela imprensa local. Isso faz com que a imprensa nacional tenha quase caminho aberto para poder levar o assunto com maior amplitude ao espaço nacional, embora muitas vezes sem dar o mérito à imprensa local.

4- Em que tipo de conteúdos apostam? No fundo, o que pretende que o seu jornal seja?

Há um aspeto que, desde logo, é importante: a proximidade. Nós temos que refletir aquilo que é o pulsar da nossa terra, das nossas gentes, do espaço territorial que servimos. Só o podemos fazer se estivermos próximos das pessoas e se conseguirmos reportar a sua opinião, os seus desabafos, as suas frustrações, aquilo que no fundo são as suas reivindicações. Depois, há um

aspecto que é muito importante: as pessoas ainda continuam a acreditar muito naquilo que é reportado através da imprensa, seja nacional, seja local. O que me interessa, enquanto diretor, é dar voz à nossa gente, aos nossos, àqueles que servimos diariamente para que possamos ser o espelho das suas preocupações, dos seus anseios e das suas frustrações.

5- Na sua opinião, o que esperam os leitores do jornal que dirige?

Penso que procuram, sobretudo, o reflexo dos seus anseios, das suas reivindicações, das suas frustrações, daquilo que são as suas necessidades. Esperam que sejamos a voz de tudo isto. Cabe-nos não defraudar essas expectativas. Quando o fizermos, acabou-se a missão do jornal e do jornalista.

6- Que aposta fazem no *online*? Os conteúdos são diferentes do jornal ou acabam por se repetir?

Tentamos que haja um equilíbrio entre o *online* e edição impressa. Natural e invariavelmente, acabamos por ter temas comuns. O *online* é mais imediato, de consumo rápido, instantâneo, onde repercutimos quase tudo que é o pulsar das nossas terras, das nossas gentes, dos intervenientes locais. A edição impressa tem por missão fazer mais reportagem, jornalismo de investigação e tratar os grandes temas com maior profundidade.

7- Que relação mantém com os órgãos de poder político? Os meios pequenos obrigam a mais cuidados?

Obrigam, necessariamente. Posso dizer que vários jornalistas de órgãos nacionais me costumam dizer que nós, imprensa local, estamos mais sujeitos à pressão, à crítica e muito mais expostos. E porquê? Porque contactamos diretamente com os políticos, com a população, com os criminosos, com as entidades e os organismos... Estamos mais expostos, as pessoas conhecem-nos. Temos que manter uma relação estreita, de fontes, porque vivemos disso, mas encontrando um ponto de equilíbrio para termos a equidistância necessária para saber separar as coisas e cumprir as premissas próprias do jornalismo.

8- Financeiramente, os média locais vivem com mais problemas?

As estruturas são diferentes. Naturalmente que um projecto de dimensões maiores terá necessariamente de absorver outros recursos financeiros. A nível local, à nossa escala, penso

que a imprensa em geral vive dificuldades. Não é fácil ter um projecto editorial bem cimentado, bem consolidado, do ponto de vista financeiro. Por outro lado, devido à proximidade, por vezes as pessoas, quando atribuem determinado apoio financeiro ou patrocínio, quase que se querem apropriar do título ou impor determinada orientação. Temos que saber gerir isto com pinças, com cuidado e com algum *savoir-faire*. Em termos de financiamento, ele advém maioritariamente da publicidade.

ANEXO 6 – Entrevista ao diretor do jornal *+Guimarães*, Eliseu Sampaio, realizada presencialmente no dia 14 de fevereiro de 2017

1- A imprensa local/regional continua a ser, como diz o Estatuto da Imprensa Regional, “o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível”?

Com o surgimento das redes sociais e o desenvolvimento de *sites* informativos, o jornal deixou de ser o único meio de comunicação dos acontecimentos locais – e antes já tínhamos as rádios locais que já faziam, como continuam a fazer, esse trabalho. Ao jornal, agora, é exigido que faça um trabalho diferente. Eu concebo a ideia de jornal local como algo que deve retratar e aprofundar mais os acontecimentos locais, dando-lhes diferentes perspetivas, e também como um género de espaço para memória futura, em que todos os acontecimentos relevantes para uma comunidade devam ser retratados e tratados de forma muito abrangente.

2- É possível ter populações informadas sem jornalismo de proximidade?

Parece-me que sem a proximidade não haverá um jornalismo que interesse às pessoas. Aliás, vivemos num meio muito globalizado em que a determinada altura isto parece que deixou de ser importante, em que as pessoas se preocupam mais com o que se passa do outro lado do mundo do que propriamente com o que acontece na sua rua.

Eu acredito que é algo que se vá inverter com o tempo, mas isso também exige aos meios locais, não só aos jornais, que estejam atentos a esta realidade e por isso demonstrem às pessoas os acontecimentos locais, próximos, que são mais relevantes para a vida deles do que propriamente as coisas que acontecem do outro lado do mundo.

Daí nós termos uma função muito importante e de procurar responder às necessidades das pessoas e de informá-las acerca do que acontece na sua comunidade e que influencia, de uma forma mais direta, as suas vidas.

3- O jornalismo local/regional continua a ser visto como o “parente pobre”?

Não é o parente pobre. Depende do trabalho que é feito, do que está na base destes órgãos de comunicação... De como se posicionaram, das ligações que têm. Há casos de jornais que já não

têm como principal função a notícia, o seu tratamento da forma mais séria, independente, de diferentes perspetivas.

Isso veio denegrir, ao longo do tempo, a comunicação social local, porque desde que não fazem o seu trabalho, de jornalismo de isenção e credível, vão perdendo valor e isso reflete-se na imagem que o jornalismo local tem. Devo dizer que não é muito fácil para o jornalismo e para os jornalistas fazerem um trabalho muito correto nos meios pequenos.

O [escritor] Valter Hugo Mãe escreveu um texto de opinião na primeira edição do jornal em que dizia que o jornalista trabalha e quer fazer o seu trabalho no local em que também quer ser feliz. Portanto, quando estamos a falar de espaços pequenos, em que as pessoas se conhecem e se relacionam é difícil separar o trabalho do jornalista do jornalista e das suas relações. É algo muito difícil.

Ao longo do tempo, porque alguns jornalistas e outros intervenientes não souberam separar e olhar o jornalismo como algo que deve ser realmente independente, acabou por se denegrir um pouco a imagem do jornalismo e contribuir até para que fosse visto como um espaço não de livre opinião, mas como um instrumento de divulgação de outras coisas que realmente não são as mais dignas do jornalismo.

O que quero com isto transmitir é que a realidade do jornalismo local atual tem muito a ver com aquilo que foi feito ao longo do tempo e principalmente com estas ligações muito próximas entre os jornalistas, os diretores e o meio. Muitas vezes, há interesses que acabam por prejudicar a imagem do jornalismo.

4- Em que tipo de conteúdos apostam? No fundo, o que pretende que o seu jornal seja?

O *+Guimarães* é o mais completo semanário vimaranense, o mais completo que conseguimos concretizar, tendo em conta que queremos ser também um jornal que venda e que consiga manter-se, que é algo que preocupa todos os diretores de jornais.

Tentamos ser o mais abrangente possível, temos um espaço semanal dedicado à justiça, outro à economia, à sociedade e uma reportagem desportiva, que habitualmente não surgem assim de forma tão organizada nos meios locais.

Surgimos como um jornal predominantemente generalista, mas também com um bom caderno de desporto, que em Guimarães acaba por ser relevante. Cada mercado tem as suas características e Guimarães, em 2012, tinha quatro semanários generalistas e em 2013 passou a

ter um. Nós surgimos para tapar um buraco e ser uma alternativa aos órgãos de informação que cá ficaram.

Somos um generalista e desportivo, tentamos fazer diferente e melhor todas as semanas, de forma a cativar um público que lê muito mas não compra muito. Portanto, nós posicionámo-nos bem, temos o nosso jornal em quase todos os espaços públicos do concelho de Guimarães e isso faz com que nós tenhamos leitores sem termos a necessidade que eles comprem o jornal.

5- Na sua opinião, o que esperam os leitores do jornal que dirige?

Acho que a resposta mais interessante que lhe posso dar é que procuram a pluralidade que viemos acrescentar à comunicação em Guimarães, procuram a independência que nós temos nas nossas publicações e procuram informar-se acerca do que acontece de relevante em Guimarães.

6- Que aposta fazem no *online*? Os conteúdos são diferentes do jornal ou acabam por se repetir?

No nosso *site*, que foi lançado em 2015, publicamos artigos de leitura muito rápida, para que as pessoas tenham uma primeira noção dos acontecimentos, enquanto no jornal temos o cuidado de trabalhar melhor a notícia, de informar melhor o nosso leitor, dar diferentes pontos de vista. É um trabalho diferente.

Para chegar rápido junto dos nossos leitores e de informá-los numa primeira fase sobre os acontecimentos, usamos o *site* e as redes sociais. São meios que até se complementam. O *site* informa com rapidez e o jornal esclarece, tira todas as dúvidas acerca dos acontecimentos: é assim que tentamos fazer.

Temos este cuidado de fazer com que o jornal fique como memória para que no futuro consultem o nosso jornal e verifiquem que a informação está lá e está bem tratada. No *site* é tudo um bocadinho mais efémero. No nosso e nos outros.

7- Que relação mantém com os órgãos de poder político? Os meios pequenos obrigam a mais cuidados?

Por aquilo que lhe dizia, não é fácil para os meios pequenos, para a imprensa local, manter a sua independência. Nós conseguimos. Somos um órgão de comunicação novo, com ideias novas, um posicionamento diferente e independente de todo o poder político. Isso só conseguem

os órgãos de comunicação que também têm independência económica, porque não há outra forma.

A maioria dos órgãos de comunicação que se colou a algum interesse político ou económico fê-lo por uma questão de sobrevivência, acredito eu. Não é fácil subsistir nos tempos em que correm. Por uma questão de sobrevivência, muitos perderam a sua independência. Não foi o caso do *+Guimarães*, nem nunca será o caso do *+Guimarães*. O *+Guimarães* existirá enquanto conseguir manter-se assim: independente, plural e rigoroso. São as características que definimos desde o primeiro dia.

8- Financeiramente, os média locais vivem com mais problemas?

Penso que acabei por responder a isso na questão anterior. A publicidade representa 90% do orçamento da empresa. Depois, temos assinantes e algumas vendas em quiosques. Felizmente, as coisas têm vindo a crescer em todos os aspetos, porque temos um produto diferente do que havia e as pessoas têm notado isso.

ANEXO 7 – Entrevista ao jornalista do *+Guimarães* Diogo Oliveira, realizada presencialmente no dia 14 de fevereiro de 2017

1- Qual deve ser o papel do jornalismo impresso local na era digital?

Depende muito da região em que estamos inseridos. Numa grande metrópole, as pessoas estão mais ligadas à Internet. No interior, se calhar, nem tanto. Em Guimarães, acho que há uma grande parte da população que está ligada à Internet, nesse sentido é um bem essencial para as pessoas chegarem à informação. O jornal impresso deve, como é natural, fazer foco em tudo o que for atualidade da região, neste caso tudo o que envolva o concelho de Guimarães e não só o centro. Por vezes, focamos só o centro e esquecemos um pouco as outras freguesias.

2- No jornalismo local torna-se mais complicado distinguir o que é ou não notícia?

Não, funciona exatamente igual àquilo que acontece no panorama nacional. Notícia é notícia. É óbvio que se tivermos uma notícia em Guimarães, que não seja uma grande notícia, digamos assim, no panorama nacional não vai ser referida. Mas para Guimarães, se calhar, tem todo o interesse.

3- O jornalismo de secretária invadiu também o jornalismo de proximidade?

No nosso caso, como temos poucos recursos humanos e o jornal ainda é bastante extenso, com 32 páginas, exige que os jornalistas não façam muito trabalho de investigação e, se o fizerem, terá que ser muito rápido. Não dá para fazer aqueles trabalhos de que gostaríamos, porque na semana seguinte temos sete, oito páginas para fazer e além do jornal impresso temos ainda outros meios, como a revista e o *site*. Deixa-nos um pouco de mãos atadas quanto ao tempo, mas claro que o trabalho de investigação é aquele que nos valoriza mais.

4- A “demasiada proximidade” com as fontes e com os protagonistas pode ser um problema? Cria, ainda que inconscientemente, alguma autocensura?

Isso depende da ética do jornalista. Temos que saber separar o que é o lado profissional do lado pessoal, das amizades que possam existir.

5- O facto de o jornalista estar a obrigado a desempenhar mais do que uma função retira qualidade ao trabalho realizado?

Admito que um pouco. Como disse antes, somos poucos jornalistas aqui a trabalhar, portanto temos que ser multifacetados e ao mesmo tempo utilizar todas as ferramentas disponíveis. Não podemos estar presos apenas a um meio, temos que utilizar todos, porque a concorrência também o faz. Não temos mais do que um jornalista disponível para enviar para o mesmo local, daí termos que fazer tudo ao mesmo tempo. Tentaremos fazer sempre o melhor, mas é claro que ao focarmo-nos em vários pontos vamos tirar o foco de um. É natural que a qualidade, às vezes, se perca, mas um jornalista, como qualquer profissional, tenta sempre fazer o melhor.

ANEXO 8 – Entrevista à jornalista do *+Guimarães* Sofia Rocha, realizada presencialmente no dia 14 de fevereiro de 2017

1- Qual deve ser o papel do jornalismo impresso local na era digital?

Neste caso, estamos a falar de Guimarães, que é uma cidade relativamente pequena quando comparada com outras metrópoles e onde o facto de chegarmos às pessoas em formato papel cria um elo de ligação muito grande, porque as pessoas de Guimarães, por norma, procuram as notícias dessa forma. O facto de termos todas as semanas nas bancas um jornal físico cria uma ligação connosco que outros meios de comunicação nacionais não têm. Por norma, é o formato físico do jornal que nos dá uma garantia que cimenta a nossa posição enquanto meio de comunicação. Para além disso, vamos ter com as pessoas e somos um jornal que foca sobretudo aquilo que acontece aqui em Guimarães, que conhece o vereador da câmara, o senhor do café do lado, a senhora da pastelaria.

2- No jornalismo local torna-se mais complicado distinguir o que é ou não notícia?

Não noto essa diferença. Penso que a perceção entre o que é ou não noticioso existe de igual forma, porque há esse cuidado em quem vai para o terreno de procurar perceber o que aconteceu.

3- O jornalismo de secretária invadiu também o jornalismo de proximidade?

A minha vontade é ir sempre para fora. Sinceramente, não gosto de escrever notícias que já vêm em agenda, ou seja, aquilo que sabemos que vai acontecer, como determinada conferência. Gosto de ser eu a falar com as pessoas e a perceber o que se passou, porque assim consigo-me inteirar da realidade de uma forma que não conseguiria se fizesse um simples telefonema ou se me limitasse a tratar um assunto que chegou ao *mail* da redação.

Nós continuamos a ir para o terreno, felizmente. A mim, é isso que me dá mais prazer e mais motivação: ir para algum sítio, falar com as pessoas, fotografar, ter o meu próprio material. Não gosto de estar confinada a quatro paredes.

Mas também acontece que muitas vezes ficamos aqui sentados... Sobretudo nos dias antes do fecho de jornal, “caem” muitas coisas de agenda e temos que as colocar, porque são de

interesse para a comunidade. Passamos uma média de sete horas por semana sentados na redação, fora o tempo em que estamos em casa a “bater teclado”.

4- A “demasiada proximidade” com as fontes e com os protagonistas pode ser um problema? Cria, ainda que inconscientemente, alguma autocensura?

Cria. Sem margem de dúvidas. Há um cuidado acrescido no subconsciente, criado conscientemente, de que há coisas em que tens que ter um certo cuidado ao tratar, porque conheces as pessoas com quem falas, não estás a falar de alguém que nunca viste na vida. Estamos a falar de pessoas que conhecemos, com quem lidamos com bastante frequência e isso tem impacto na altura de escrever as notícias e de trazer as coisas à tona. É minha obrigação tratar as coisas com o máximo de transparência e de honestidade, mas tenho esse cuidado.

5- O facto de o jornalista estar a obrigado a desempenhar mais do que uma função retira qualidade ao trabalho realizado?

Por vezes, retira. O facto de termos de fotografar, de produzir a notícia, de a transpor para o *online*, acaba por retirar qualidade àquilo que eu quero fazer e que deveria ser só escrever e falar com fontes, ter contacto direto, perceber o que se passa e trazer isso para as pessoas. Muitas vezes, isso acaba por ficar a meio caminho, porque há as fotografias, há a edição de uma pequena peça, há reportagem ou um direto no *Facebook*. [A qualidade] perde-se, fica um bocadinho diluída no meio do trabalho todo do qual somos responsáveis.

ANEXO 9 – Entrevista ao jornalista de *O Vilaverdense* Pedro Antunes Pereira, realizada presencialmente no dia 7 de março de 2017

1- Qual deve ser o papel do jornalismo impresso local na era digital?

Parece-me que é importante, antes de mais, dividir a questão em centros urbanos e centros mais rurais. Quando falamos de era digital, falamos do acesso das pessoas às redes sociais, aos espaços *online*, algo que me parece mais fácil acontecer em centros urbanos. Aí, a era digital assume cada vez mais um papel importante, para o bem e para o mal.

Nos meios mais rurais, penso que o jornalismo impresso ainda continua a ter alguma relevância, alguma força, até porque as pessoas também têm menos acesso a essa vertente digital. É sempre dentro desta dicotomia que as coisas têm que ser pensadas, daí eu cada vez mais defender um jornalismo de proximidade.

Acho que cada vez mais faz sentido que o jornalismo seja próximo das pessoas, que haja jornais muito locais e não tão abrangentes a nível global, digamos assim. O Correio do Minho e o Diário do Minho vivem com este drama: quem ser jornais para quem? Para os centros urbanos? Então, vão perder relevância. Querem ser jornais para os centros mais rurais? Então, se calhar, vão ter que mudar o paradigma que têm atualmente.

Acho que esta é uma discussão urgente. Aliás, Braga é um caso curioso e *sui generis* porque não tem um verdadeiro portal de notícias, actualizadas e na hora. E os dois jornais diários também não fazem investimento nesta área para não perderam, ainda mais, o poder do papel.

2- No jornalismo local torna-se mais complicado distinguir o que é ou não notícia?

O que temos que perceber é o que queremos fazer. Se quisermos fazer um jornalismo com alguma qualidade, não se torna complicado. Agora, se quisermos ter 10 ou 15 notícias por dia num *site*, tudo é notícia, até o suspiro do cão... Quando existe essa ânsia de atualizar o *site* a todo o momento, com a reação, com a tréplica, chegas a uma altura em que o próprio jornalista já nem sabe muito bem o que é ou não notícia. Eu sou sempre defensor da ideia de que menos é mais. Acho que é preferível apostar em três ou quatro histórias do que andar a publicar de tudo e mais alguma coisa.

3- O jornalismo de secretária invadiu também o jornalismo de proximidade?

Sem qualquer dúvida. Na minha opinião, isso acontece precisamente porque existe essa ânsia da atualização imediata com tudo o que é possível e imaginário. Como é fácil ter acesso aos *mails* e aos telefones, o jornalista resolve o assunto na secretária. Mas também cada vez mais me convenço de que o que tem mais impacto público é aquilo que não é feito na secretária. Quando tens uma boa história, quando tens uma boa reportagem, trabalhos que não foram feitos na secretária, isso tem um impacto no público enorme. Muito superior à “trica” feita na secretária e na conjugação de *mails*.

4- A “demasiada proximidade” com as fontes e com os protagonistas pode ser um problema?

Cria, ainda que inconscientemente, alguma auto-censura?

Pode, reconheço que sim. Parece-me, no entanto, que isso não acontece por “culpa” – e ponho a palavra entre aspas – do jornalista, mas da fonte. A fonte acha sempre que essa relação de proximidade lhe dá alguma proteção na divulgação de determinado tipo de notícias que eventualmente a possam vir a afetar.

5- O facto de o jornalista estar a obrigado a desempenhar mais do que uma função retira qualidade ao trabalho realizado?

Sem dúvida que sim. Não tenho qualquer dúvida sobre isso. Quando os jornalistas têm que fazer uma notícia e tirar fotografias há ali qualquer coisa que se perde. Quando isso acontece, numa conferência de imprensa, por exemplo, o jornalista tem que gravar o som, depois poder ouvir tudo direitinho porque antes esteve a tirar fotografias.

Estamos aqui a desperdiçar algum tempo que, se calhar, podia ser ganho se cada um tivesse as suas funções. O jornalista que está a tirar fotografias tem a necessidade de gravar o som, mas quando chegar à redação vai ter que ouvir tudo de novo e isso representa menos tempo para fazer algumas notícias fora da secretária. Penso que quando se misturam as duas coisas, a qualidade não é definitivamente a melhor. É a possível, mas não a melhor.

ANEXO 10 – Entrevista ao jornalista de *O Vilaverdense* Fernando Gualtieri, realizada por *e-mail* no dia 1 de abril de 2017

1- Qual deve ser o papel do jornalismo impresso local na era digital?

Parafraseando Mark Twain, o anúncio da morte do jornalismo impresso, local ou não, é manifestamente exagerado. É certo que o papel tem que encontrar forma de ombrear com o jornalismo digital, o que começa por oferecer uma informação mais completa e aprofundada, algo que a sua “concorrente” digital, na vertigem do exclusivo, da última hora ou da atualização, não promove e nem para a qual está vocacionada, a não ser em média digitais especializados.

Além do mais, trata-se de uma falsa questão. Ambos têm – e terão – uma função complementar: o digital divulgando um acontecimento poucos minutos depois de suceder e o papel cumprido a sua função de o explicar, enriquecendo-o, por exemplo, com novos factos e situando-o no contexto que a edição em contrarrelógio do portal de informação não permite.

Este “conflito” jornalismo impresso/digital faz lembrar um outro que há algumas décadas foi tema de aceso debate no setor da música: disco vinil/CD. Também nessa altura a morte do vinil foi prematuramente anunciada. O vinil, apesar do abalo sofrido, não só não desapareceu, como hoje são poucos os grandes músicos de todo o mundo que prescindem de editar as suas obras (também) em vinil.

2- No jornalismo local torna-se mais complicado distinguir o que é ou não notícia?

Na verdade, tudo é notícia, mesmo o gato que passou toda a noite no topo de uma árvore com medo de descer... O que se passa é que o jornalismo local – ou seja, feito por um órgão de comunicação local – pela sua proximidade com o público a que se dirige acaba por se desgastar com o “cão que mordeu o homem” em vez de empenhar os seus meios no “homem que mordeu o cão”. O jornalista local acaba por sentir “pressionado” com o caso do gato de vizinho e a contragosto lá publica uma breve com uma história que não passa de uma quase não-notícia.

3- O jornalismo de secretária invadiu também o jornalismo de proximidade?

E de que maneira. Não só o jornalismo de secretária como o de “pé-de-microfone”, sobretudo no digital, pela tal vertigem de informar primeiro de que se falou atrás. E a razão não é tanto da responsabilidade do profissional, como à primeira vista pode parecer. As causas são várias, mas

é fácil identificar a principal: falta de meios humanos. Esta, por sua vez, resulta do empobrecimento financeiro das empresas de comunicação social, fruto da retração do mercado publicitário.

A reportagem e a investigação, além de serem caras, obrigam a que um ou dois jornalistas deixem de ser destacados para a agenda diária. Existe ainda de outra razão bem mais complexa: a dependência de muitos órgãos de comunicação das autarquias e/ou de grupos empresariais locais. Isto já para não falar da política de não confronto seguida por muitos outros.

4- A “demasiada proximidade” com as fontes e com os protagonistas pode ser um problema? Cria, ainda que inconscientemente, alguma autocensura?

Esta é a *million-dollar question* do jornalismo local. E a resposta é um triplo sim. Não há jornalista de qualquer média local/regional que não sinta, pelo menos uma vez, que a proximidade com a fonte ou com o protagonista está a ser um entrave à sua obrigação de imparcialidade, em obediência ao Código Ético e Deontológico, e a condicionar a matéria em que está a trabalhar.

Quando existe uma relação de amizade com o protagonista, a situação agrava-se e, em alguns casos, torna-se inoportuna. O bom senso aconselha que o profissional solicite a escusa em acompanhar o “caso” por conflito de interesses, o que nem sempre é compreendido por algumas direções. A autocensura existe, sim. Há quem defenda que ela é inevitável e um estratagema inconsciente de auto-preservação comum a todo ser humano. Só um rigoroso respeito pela ética e deontologia, aliada à experiência, ajuda o jornalista a ultrapassar essa barreira inconsciente.

Mas, mais que a autocensura, o grave problema que o jornalismo atravessa nos dias de hoje é a censura, quase sempre disfarçada, imposta pelos grupos económicos proprietários/acionistas dos média.

5- O facto de o jornalista estar a obrigado a desempenhar mais do que uma função retira qualidade ao trabalho realizado?

Na maioria dos casos, sim. Cobrir, por exemplo, uma manifestação como jornalista e repórter fotográfico simultaneamente pode representar uma boa poupança para a empresa, mas seguramente não para a qualidade do trabalho. Nos anos 80, o Sindicato dos Jornalistas proibiu,

em sede de contratação coletiva, a acumulação de funções, não só por considerar que representava um abuso para o profissional mas também por ameaçar a existência da carreira de repórter fotográfico.

O contrato coletivo de trabalho nunca foi cumprido, caiu no esquecimento e desapareceu. Muitos destes profissionais acabaram, de facto, no desemprego e a generalidade das administrações fechou a porta à contratação de outros, mesmo quando eram claramente necessários. A prática tornou-se, desde então, comum e são poucos o que hoje a questionam.

ANEXO 11 – Categorização das notícias publicadas na edição de janeiro de 2016 do jornal *O Vilaverdense*

P.	Nº	Repetida	Original
2	1	X	
3	2	X	X
4	2	X	X
5	2		XX
6	1		X
7	2	X	X
8	2	X	X
9	1		X
10	3	XX	X
11	2	X	X
12	1	X	
13	6	XXXXX	X
14	2	XX	
15	2	XX	
16	2	XX	
17	3	XXX	
18	2	XX	
19	2	XX	
20	5	XX	XXX
21	3	X	XX
22	5	XXX	XX
23	1	X	
24	1	X	
25	3	XXX	
26	4	XXXX	
27	2	X	X
28	PUB		
29	PUB		
30	1		X
31	2	X	X
32	1		X
33	2	X	X
34	2	XX	
35	2		XX
36	2	XX	
37	2	XX	
38	2	XX	
39	2	XX	
40	3	XXX	
41	1	X	
42			

43	DESPORTO		
44			
45			
46			
47			
48			
49	2	X	X
50	5	XXXXX	
51	4	XXX	X
52	3	XXX	
53	1	X	
54	5	XXXXX	
55	3	XXX	
56	PUB		

TOTAL

P.	Nº	Repetida	Original
45	106	80 (75%)	26 (25%)

TÍTULOS IGUAIS – 53

ANEXO 12 – Categorização das notícias publicadas na edição de fevereiro de 2016 do jornal *O Vilaverdense*

P.	Nº	Repetida	Original
2	2	X	X
3	2	XX	
4	3	XXX	
5	1	X	
6	4	XXXX	
7	3	XX	X
8	2	XX	
9	2	X	X
10	1		X
11	1		X
12	4	X	XXX
13	1		X
14	3	X	XX
15	3		XXX
16	2	XX	
17	3	XX	X
18	2	X	X
19	2	XX	
20	1	X	
21	SUPLEMENTO		
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36	2	X	X
37	2	XX	
38	2	XX	
39	2		XX
40	2	XX	
41	2	XX	
42			

43	DESPORTO		
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50	2	X	X
51	2	X	X
52	AGENDA		
53	PUB		
54	6	XXXXXX	
55	5	XXXXX	
56	PUB		

TOTAL

P.	Nº	Repetida	Original
29	69	48 (70%)	21 (30%)

TÍTULOS IGUAIS – 39

ANEXO 13 – Categorização das notícias publicadas na edição de março de 2016 do jornal *O Vilaverdense*

P.	Nº	Repetida	Original
2	3	XX	X
3	1		X
4	1	X	
5	1	X	
6	2	X	X
7	1	X	
8	2	X	X
9	4	XXXX	
10	3	XX	X
11	4	XXXX	
12	2	XX	
13	2	XX	
14	2	XX	
15	3	XX	X
16	1	X	
17	2	XX	
18	1		X
19	4	X	XXX
20	1		X
21	2	XX	
22	2	X	X
23	2	XX	
24	3	XXX	
25	SUPLEMENTO		
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35	2	XX	
36	2	XX	
37	2	XX	
38	2	XX	
39	1		X
40	1	X	
41	1	X	
42			

43	DESPORTO		
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50	1		X
51	3	XXX	X
52	AGENDA		
53	PUB		
54	5	XXXXX	
55	6	XXXXXX	
56	PUB		

TOTAL

P.	Nº	Repetida	Original
34	76	61 (80%)	15 (20%)

TÍTULOS IGUAIS – 47